

cadernos
IHU
ideias

#VEMpraRUA

Outono brasileiro? Leituras.

Bruno Lima Rocha
Carlos Gadea
Giovanni Alves
Giuseppe Cocco
Luiz Werneck Vianna
Rudá Ricci

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

cadernos **IHU** ideias

#VEMpraRUA
Outono brasileiro? Leituras.

Bruno Lima Rocha
Carlos Gadea
Giovanni Alves
Giuseppe Cocco
Luiz Werneck Vianna
Rudá Ricci

ano 11 • nº 191 • 2013 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU ideias

Ano 11 – Nº 191 – 2013

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja – Unisinos

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos – Doutora em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci (t) – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Caio Fernando Flores Coelho

Revisão

Isaque Gomes Correa

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

www.ihu.unisinos.br

SUMÁRIO

Introdução	5
A busca por reconhecimento e participação política: o combustível das manifestações <i>Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna</i>	7
Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles <i>Entrevista especial com Giuseppe Cocco</i>	12
“A disputa política está nas ruas” <i>Entrevista especial com Rudá Ricci</i>	23
“Não é mais possível admitir que uma luta popular tenha como meta a eleição de algum representante” <i>Entrevista especial com Bruno Lima Rocha</i>	30
Precariado: a espinha dorsal dos protestos nas ruas das 353 cidades brasileiras <i>Entrevista especial com Giovanni Alves</i>	34
Manifestação jovem de Porto Alegre. Uma crítica à instrumentalização da vida <i>Entrevista especial com Carlos Gadea</i>	44

INTRODUÇÃO

Quando é possível fazer acertadamente um exercício de futurologia? Quem poderia supor, no começo do ano de 2012, que no decorrer de alguns meses veríamos se alterar um quadro generalizado de apatia política, especialmente no que atinge a juventude urbanizada estudantil? Os contextos em que se dão estas manifestações e novas (ou velhas) formas de reivindicação política é complexo e de difícil cartografia. É provável que boa parte das recentes análises acadêmicas feitas sobre o assunto sofrerão intervenções e teorias refutatórias nos próximos meses. Porém, de modo a estimular o debate, buscamos neste volume reunir cinco entrevistas realizadas pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, que foram veiculadas no sítio eletrônico.

A primeira entrevista foi realizada com Luiz Werneck Viana, professor-pesquisador na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Seguindo a contribuição de Giuseppe Cocco, nosso segundo entrevistado, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. A entrevista seguinte conta com depoimento realizado por Rudá Ricci, diretor geral do Instituto Cultiva.

Ainda contamos com outras três entrevistas: uma de Bruno Lima Rocha, professor no curso de Jornalismo da Unisinos, outra de Giovanni Alves, professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Unesp, além de uma de Carlos A. Gadea, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais também da Unisinos. Todas as entrevistas foram publicadas em nosso sítio em junho/julho de 2013, com exceção da última, que o foi em abril do mesmo ano. Foram realizadas pela jornalista Patricia Fachin, que contou com auxílio de Graziela Wolfart na primeira entrevista.

Esperamos com esta publicação contribuir para o debate que se faz necessário atualmente em nossa sociedade. Ao nomear esta compilação com a expressão “#VEMpraRUA”, pretendíamos retomar o perfil essencial de todas estas multifacetadas manifestações que buscam, de forma empírica, reivindicar um certo espaço público para a população. As formas de articulação política doravante presentes ainda são de difícil entendimento, porém o espaço onde este diálogo está sendo travado é bem claro: seja ele físico, seja ele virtual, de fato é público.

A BUSCA POR RECONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O COMBUSTÍVEL DAS MANIFESTAÇÕES

Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna

“O que acontece nessas manifestações é uma recusa”. A afirmação é do professor e pesquisador Luiz Werneck Vianna ao comentar sobre a onda de protestos que se disseminou pelas principais capitais brasileiras na última segunda-feira, dia 17-06. “Ao longo desses anos, essa geração cresceu vendo e se confrontando com uma situação em que os partidos e a classe política em geral se desmoralizavam a cada dia (...). Tudo isso foi distanciando a população, especialmente os jovens, da vida institucional. Eu insisto: o problema todo é auscultar de forma correta os sinais que estão vindo e agir da forma mais tempestiva possível, pois há o risco de não haver mais tempo”.

Para ele, as manifestações expressam “um sentimento de exclusão da arena pública” e “a busca por reconhecimento social”. “As pessoas querem ser reconhecidas, querem que sua dignidade e identidade sejam respeitadas, legitimadas. O tema do reconhecimento, por um lado, e o da participação política, por outro, são o combustível dessa movimentação”, avalia.

Na entrevista concedida por telefone para a *IHU On-Line*, Werneck Vianna afirma torcer para que o processo desses dias “sirva como uma sinalização poderosa para que mudanças importantes na política brasileira comecem a ser encaminhadas. É um sinal de alerta. Se nada for feito a tempo, se é que ainda há tempo, esse movimento pode ter um desfecho muito ruim. É preciso evitar (...) que 2013 tenha o mesmo desfecho que 1968, isto é, uma juventude desencantada com a política, radicalizada e que procure formas inadequadas de resolução de problemas”.

Luiz Werneck Vianna é professor-pesquisador na PUC-Rio. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, é autor de, entre outros, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1997); *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1999); e *Democracia e os três poderes no Brasil* (Belo Horizonte: UFMG, 2002). Sobre seu pensamento, leia a obra *Uma sociologia indignada. Diálogos com Luiz Werneck Vianna*, organizada por Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto (Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como podemos compreender as manifestações sem lideranças que ocorreram ontem e na última semana em várias capitais brasileiras? O que elas significam?

Werneck Vianna – De um lado, o afastamento imenso da população, em especial dos jovens, da política e dos partidos políticos. Esse é o primeiro ponto, muito evidente. O porquê do movimento, aparentemente por um motivo quase banal – o aumento irrisório do preço das passagens –, ter desencadeado esta proporção só pode ser entendido como um sentimento que vem se acumulando de exclusão e insatisfação. Ao lado disso, se nas ruas não há vestígios de organização, as redes sociais estão absurdamente dominadas por um diálogo interminável a respeito da situação da geração atual, que tomou forma a partir de um episódio que podia ser entendido como algo de menor expressão. O fato também de terem sido rechaçados por uma repressão muito forte, após seus primeiros movimentos, incendiou a imaginação. Enfim, essa geração se pôs no mundo e está aí a sua marca.

Por outro lado, é preciso considerar que esse país tem passado por mudanças muito significativas na sua composição social, na sua demografia, na sua estrutura de classes. Há uma nova classe média, não a classe dita “C”, relacionada a esses programas governamentais, como o Bolsa Família. É uma classe média dos novos serviços, das novas ocupações, que é muito diferente das classes médias tradicionais, tal como havíamos conhecido. Trata-se de uma classe média de um novo tipo. E ela está sem perspectiva quanto ao seu projeto de vida. Além do mais, os setores baixos dessa classe média estão cultivando um ressentimento muito grande. Este ressentimento se manifestou na raiva com que essas manifestações se deram.

IHU On-Line – Na Espanha, as manifestações dos indignados do movimento 15M demonstraram um desconforto econômico, político e social. As mesmas razões motivam as manifestações no Brasil, ou elas são de outra ordem?

Werneck Vianna – Acho que não são as mesmas razões. O tema aqui é mais político e cultural. É um sentimento de exclusão da arena pública. A falta de participação dessa geração na política é algo que chama a atenção. Por outro lado, a busca por reconhecimento social desses grupos emergentes das classes médias é muito forte e o tema do reconhecimento é muito associado ao tema do ressentimento. As pessoas querem ser reconhecidas, querem que sua dignidade e identidade sejam respeitadas, legitimadas. O tema do reconhecimento, por um lado, e o da participação política, por outro, foram o combustível dessa movimentação. Não creio que isso esteja vinculado diretamente a causas econômicas. Até porque, como se observa, do ponto de vista da economia, há no país – e as pesquisas indicam isso

– um sentimento de satisfação, de que a vida tem melhorado e pode melhorar ainda mais. A França da Revolução Francesa – anotou Tocqueville no seu trabalho clássico *O Antigo Regime e a Revolução* – estava em um momento de expansão econômica. Diz ele, nessa obra, “nunca o campesinato teve tanto acesso à propriedade como naquele momento”. Havia um sentimento de melhoria do ponto de vista econômico. No entanto, veio a revolução. O que ele dizia é que quem ficasse procurando as causas a partir desse ângulo jamais entenderia a Revolução Francesa. Ela deveria ser entendida pela sua especificidade política naquele momento. Com isso, ele quis dizer que o absolutismo francês havia desfeito todas as organizações intermediárias vigentes na França tradicional e a massa do povo ficou isolada, fragmentada, antepondo-se diretamente ao Estado.

Devemos procurar as origens desse movimento que ainda não terminou e não se sabe para onde vai. Fora as redes sociais, não há nada que esteja organizando a sociedade, especialmente essa multidão de jovens, que vem ocorrendo à vida social. Não há clubes, não há partidos. Estes (os partidos) vivem inteiramente orientados para sua reprodução política, eleitoral, não têm trabalho de consolidação, de nucleação. A própria Igreja Católica, que antes cumpria um papel muito importante nessa organização, hoje tem um papel muito pequeno. A sociedade está inteiramente isolada da esfera pública. São dois mundos que não se tocam. Por toda a parte viam-se faixas com os seguintes dizeres: “nós não acreditamos na representação que aí está”. Foi um movimento dirigido também contra essa política. Temos que procurar as origens desse processo, que mal começou, nessa forma de relação entre Estado e sociedade, entre política e sociedade. Está evidente que temos que passar por reformas políticas importantes no sentido de que o sistema político se abra à participação. Esses partidos que estão aí foram chamados pelo ministro Joaquim Barbosa de “partidos de mentirinha”. Embora ele seja muito midiático, nesse ponto não há como discordar dele.

Um movimento desses, multitudinário, que vai às ruas, sem lideranças conhecidas, é um perigo. Tudo pode acontecer. Abre-se campo para a selvageria. Com quem negociar? Tomara que o processo desses dias – de ontem (17-06-2013) em particular – sirva como uma sinalização poderosa para que mudanças importantes na política brasileira comecem a ser encaminhadas. É um sinal de alerta. Se nada for feito a tempo, se é que ainda há tempo, esse movimento pode ter um desfecho muito ruim. É preciso evitar – e escrevi isso em um artigo que saiu hoje (18-06) no Estadão – que 2013 tenha o mesmo desfecho que 1968, isto é, uma juventude desencantada com a política, radicalizada e que procure formas inadequadas de resolução de problemas.

IHU On-Line – E quais seriam as formas adequadas?

Werneck Vianna – Participação política e organização social.

IHU On-Line – Ainda há um cenário propício para isso?

Werneck Vianna – Se não houver, as coisas irão mal. O sinal que soou é muito forte para não ser ouvido e bem interpretado. A política de presidencialismo de coalizão, da forma como a praticamos, demonstrou seu esgotamento, levou à desmoralização da política com o “toma lá, dá cá” e a compra de votos.

IHU On-Line – O que significa uma manifestação cujo grito de guerra seja “povo unido não precisa de partido”? Trata-se da falência da política representativa? Como pensar uma política sem partidos?

Werneck Vianna – O que acontece nessas manifestações é uma recusa. Ao longo desses anos, essa geração cresceu vendo e se confrontando com uma situação em que os partidos e a classe política em geral se desmoralizavam a cada dia. Basta ver o noticiário dos jornais: corrupção disso, negociata daquilo. Tudo isso foi distanciando a população, especialmente os jovens, da vida institucional. Eu insisto: o problema todo é auscultar de forma correta os sinais que estão vindo e agir da forma mais tempestiva possível, pois há o risco de não haver mais tempo. O que temos a comemorar nesta terça-feira é um fato importantíssimo: de que esse movimento ainda não carrega um morto. Se tivesse havido conflitos mais severos, com mortos, não se sabe como o país teria acordado hoje. Agora é preciso fazer um balanço do que vem acontecendo e apresentar alternativas e soluções. Nisso, a imprensa tem um papel muito importante de localizar entre eles lideranças, fazer com que elas falem, identificá-las. Porque evidentemente as lideranças podem estar subterrâneas. Afinal, deve haver pessoas que estejam exercendo uma liderança silenciosa sobre esse processo todo. 2013 pode ser o começo de uma cena nova, significando a entrada dessa geração na política institucional brasileira. Ou, contrariamente, com um mau desfecho, uma má solução, isso pode acabar como em 1968, radicalizando a juventude e afastando-a da vida política.

IHU On-Line – Que modelo de política se pode vislumbrar a partir dessa característica mais participativa da população, sem lideranças específicas?

Werneck Vianna – Isso se forma no calor da hora. Pode levar tempo, é preciso ter calma, inteligência, para poder enfrentar uma situação dessas. Não ter pressa. Essa crise vai se alongar. Grande parte desses jovens que estão nas ruas é estudante. Eu vi na universidade em que eu trabalho eles se organizando para a passeata. Acredito que hoje eles estarão comentando o que se passou ontem. Nesse processo de diálogo, de comu-

nicação entre eles mesmos, e da comunicação entre eles e nós, intelectuais, políticos e imprensa, a coisa vai se sedimentando, criando uma nova cultura. O fato é que estamos em um deserto cultural, político, num Saara monumental em que tudo o que era vivo foi levado para dentro do Estado, através desta cooptação política desenfreada que esse governo – que é Estado – desencadeou. E esses movimentos sociais cooptados (como ficou claro) não têm a menor condução dos processos reais. O que eles fizeram ontem? Foram capazes de dar direti-vas? Não. Esses movimentos perderam a aura, a autenticidade, a legitimidade, perderam bases.

IHU On-Line – Gilberto Carvalho disse que o governo está preocupado com os protestos e quer garantir diálogo com os movimentos para entender “anseios importantes” que têm levado as pessoas a se manifestar. O governo foi pego desprevenido?

Werneck Vianna – O governo e todos nós vamos ter que entender. O que eu posso dizer é que o acontecimento foi de tal proporção que os seus próprios participantes, hoje, devem estar na condução, nas escolas, nas universidades, discutindo o que houve ontem e o que fazer. O que está claro é que a grande massa desse movimento reprimiu a violência de alguns grupos. Ali se misturou tudo. Os setores mais ressentidos tiveram a oportunidade de manifestar sua fúria, num protesto pela sua exclusão, pelo fato de não serem reconhecidos, e no protesto pelas políticas públicas que não funcionam, como tantas faixas falavam: “não queremos Copa, queremos saúde e educação”.

Essa questão da Copa demonstrou ser realmente um desastre, com gastos suntuosos para a organização de um espetáculo de tipo europeu, que não tem nada a ver com a tradição do futebol brasileiro. As pessoas se sentiram excluídas também nos estádios. De modo que a chave não é econômica. Ela é fundamentalmente política e cultural.

IHU On-Line – O atual cenário de manifestações pode determinar as eleições e a sucessão presidencial ou não?

Werneck Vianna – Certamente terá influência. Ainda não há como saber qual será. Agora, a candidatura da Marina Silva certamente será bafejada por esse tipo de movimento, porque isso tem muito a ver com a cultura que ela representa. Basta ver o próprio nome do partido: Rede. Isso não quer dizer que ela vá ganhar as eleições. O futuro a Deus pertence e ele está para ser criado por nós agora. O fato é que essa forma de administração da questão social assimétrica, de cima para baixo, através de políticas de cooptação, levou a esse descalabro, a essa distância entre o Estado e a sociedade e a essa destituição do papel dos movimentos sociais tradicionais. Basta ver a situação da UNE, que assistiu a tudo isso de camarote, olhando.

MOBILIZAÇÃO REFLETE NOVA COMPOSIÇÃO TÉCNICA DO TRABALHO IMATERIAL DAS METRÓPOLES

Entrevista especial com Giuseppe Cocco

Na tentativa de compreender as razões que levaram milhares de cidadãos brasileiros às ruas, o sociólogo Giuseppe Cocco, que estuda o conceito de multidão abordado pelo italiano Antônio Negri, elenca algumas possibilidades. Na avaliação dele, o ciclo de “revoluções 2.0”, com base na internet, “começa a ter uma duração consistente (de mais de 3 anos) e entrou no imaginário, na linguagem de gerações de jovens que não formam mais suas opiniões na imprensa, mas diretamente nas redes sociais”. Outro aspecto importante é o fato de jovens brasileiros só terem conhecido “o Brasil de Lula”. E dispara: “No Brasil, o PT e seu governo (e sua coalizão) pensavam estar blindados pelos recentes sucessos eleitorais (a eleição de Haddad, a reeleição quase plebiscitária do Paes, no Rio), por estar num ciclo econômico positivo e por ter achado que o sagrado graal do ‘novo modelo’ econômico seria, na realidade, reeditar o velho nacional-desenvolvimentismo, rebatizado de neodesenvolvimentismo”.

De acordo com Cocco, havia e há no Brasil “um sem número de movimentos de protesto e resistência, em particular por causa dos efeitos dos megaeventos, e hoje esses movimentos se juntaram, confluindo com a multidão da nova composição do trabalho metropolitano”.

Na entrevista a seguir, concedida à *IHU On-Line* por e-mail, ele assinala que os protestos ganharam força a partir do Movimento Passe Livre porque “a questão dos transportes e, mais em geral, do serviços é estratégica para o trabalho metropolitano”.

E esclarece: “Os operários fordistas lutavam por salários e horários. Os trabalhadores imateriais têm como fábrica a metrópole e lutam pela qualidade de vida da qual dependerá a inserção deles em um trabalho que não é mais um emprego, mas uma ‘empregabilidade’. Os operários fordistas lutavam para reduzir a parte do horário que ia embutida como lucro nos carros que produziam; os trabalhadores imateriais nas metrópoles desviavam os slogans publicitários de uma montadora (‘Vem Pra Rua’) para ressignificar os agenciamentos produtivos que se desenhavam na circulação”.

Giuseppe Cocco é graduado em Ciência Política pela Université de Paris VIII e pela Università degli Studi di Padova. É mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers e em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). É doutor em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e editor das revistas Global Brasil, Lugar Comum e Multitudes. Coordena a coleção A Política no Império (Civilização Brasileira).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Manifestações sociais massivas descontentes com a política e a economia iniciaram no Oriente, na Espanha, em Wall Street. E agora chegam ao Brasil. Por quê? O que estas manifestações sociais representam?

Giuseppe Cocco – Podemos logo começar dizendo que o que caracteriza essas manifestações é que elas não representam exatamente nada ao passo que, por um tempo mais ou menos longo, elas expressam e constituem tudo. O primeiro elemento é este: elas têm uma dinâmica intempestiva, fogem a qualquer modelo de organização política (não apenas os velhos partidos ou os sindicatos, mas também o terceiro setor, as ONGs) e afirmam uma democracia radical articulada entre as redes e as ruas: autoconvocação e debates nas redes sociais, participação massiva às manifestações de rua, capacidade e determinação de enfrentar a repressão e até capacidade de construção e autogestão de espaços urbanos como foram a Praça Tahrir, as acampadas espanholas e as tentativas do Occupy Wall Street e, enfim, a Praça Taksim em Istambul, na Turquia. Para cada uma dessas ondas e dessas que chamamos de “primaveras” houve um estopim específico, mas todas dispõem de uma mesma base social (por mais diferenciadas que sejam as trajetórias socioeconômicas dos diferentes países) e dos mesmos processos de subjetivação. No caso do Brasil, todo mundo sabe que o estopim foram os protestos contra o aumento do preço das passagens nos transportes públicos. Como foi o caso de outras marchas, a manifestação em São Paulo foi violentamente reprimida pela Polícia Militar. Só que dessa vez a faísca não se apagou numa “marcha da liberdade” e incendiou São Paulo e todo o país. Mas saber que o estopim foi esse não nos permite avançar na análise.

Por que agora? É difícil responder e talvez a característica própria desse tipo de movimento é que ninguém sabe propor razões “objetivas” indiscutíveis. Contudo, podemos avançar três explicações: a primeira explicação tem a forma de um segundo “estopim” e é a quase coincidência do episódio da repressão da marcha pelo passe livre em São Paulo com a renovação das primaveras árabes e do 15M espanhol nas lutas duríssimas da multidão turca na Praça Taksim, em Istambul (não por acaso, na segunda manifestação carioca, que já reunia 10 mil pessoas, um

dos gritos era: “acabou a mordomia, o Rio vai virar uma Turquia”); uma segunda explicação está no fato que esse ciclo de “revoluções 2.0” começa a ter uma duração consistente (de mais de 3 anos) e entrou no imaginário, na linguagem de gerações de jovens que não formam mais suas opiniões na imprensa, mas diretamente nas redes sociais; a terceira explicação é mais consistente e a mais importante e diz respeito ao que são essas “novas gerações” no Brasil de hoje, ou seja, essas gerações de jovens que só conheceram o Brasil de Lula. O que é incrível e até irônico é que o próprio PT não tenha previsto isso e ainda hoje seja incapaz de enxergar esse dado importantíssimo.

IHU On-Line – Quais as aproximações e diferenças entre as manifestações brasileiras e as que vêm ocorrendo em outros países?

Giuseppe Cocco – As aproximações são mais importantes do que as diferenças, que apenas enfatizam a qualidade específica de cada evento.

Num primeiro nível, há em comum a articulação entre as redes e as ruas como processo de autoconvocação das marchas e manifestações que ninguém consegue representar, sequer as organizações que se encontraram no cerne da primeira chamada: a tentativa de “empoderar” os rapazes do Movimento pelo Passe Livre em São Paulo (“oficializados” pela presença no Roda Viva e a negociação com prefeitura e estado) mostrou que eles não controlam nem dirigem um movimento que se autorreproduz de maneira rizomática (as manifestações aconteciam ao mesmo tempo sem respeitar qualquer tipo de “trégua”).

Num segundo nível, há em comum o esgotamento da representação política. No Brasil, esse fenômeno foi totalmente subavaliado pela “esquerda” e, sobretudo, pelo PT porque não o entenderam (e não o entendem).

Inicialmente pensaram que fosse um problema das autocracias do Norte da África (Tunísia e Egito); depois que fosse a incapacidade dos socialistas espanhóis (PSOE) de responder de maneira soberana às injunções das agências internacionais de notação ou do Banco Central Europeu. Depois pensaram que o 15M espanhol não consegue encontrar uma nova dinâmica eleitoral ao passo que o partido de Beppe Grillo mostrou na Itália um fenômeno eleitoral totalmente novo e desgovernado.

Em seguida, pensaram que o Egito e a Tunísia foram normalizados eleitoralmente pelo islamismo conservador e aí aparece o levante turco contra o governo islâmico moderado.

No Brasil, o PT e seu governo (e sua coalizão) pensavam estar blindados pelos recentes sucessos eleitorais (a eleição de Haddad, a reeleição quase plebiscitária do Paes, no Rio), por estar num ciclo econômico positivo e por ter achado que o sagrado graal do “novo modelo” econômico seria, na realidade,

reeditar o velho nacional-desenvolvimentismo, rebatizado de neodesenvolvimentismo. O que a esquerda como um todo, e o PT no Brasil não entenderam, é que a crise da representação é geral (mesmo que ela tenha sintomas e manifestações diferenciadas), e que os levantes da multidão no Egito, na Tunísia, na Espanha, na Turquia e agora no Brasil são a expressão, entre outras coisas, de uma recusa radical dessa maneira autorreferencial de pensar por parte dos governos e dos partidos políticos.

Num terceiro nível há a principal proximidade entre todos esses movimentos: a base social dessa produção de subjetividade é o novo tipo de trabalho que caracteriza o capitalismo cognitivo. As redes que protestam e se constituem nas ruas de Madri, Lisboa, Roma, Atenas, Istambul, Nova York e agora de todas as cidades brasileiras são formadas pelo trabalho imaterial: estudantes, universitários, jovens precários, imigrantes, pobres, índios, ou seja a composição heterogênea do trabalho metropolitano. Não por acaso, por um lado, uma de suas formas principais de luta foi a “acampada” ou o “occupy” e, por outro, os levantes turco e brasileiro tiveram como estopim a defesa das formas de vida da multidão do trabalho metropolitano: a defesa do parque contra a especulação imobiliária (a construção de um shopping) em Istambul, e a luta contra o aumento do custo dos transportes, no caso do Brasil.

Diante dessas aproximações, as diferenças são bem menores, embora elas existam (e sejam até óbvias). Podemos apreender essas diferenças do ponto de vista das condições objetivas da cada país e do ponto de vista de como cada um desses movimentos foi transformando (ou não) a fase destituente em momento constituinte. Assim, o 15M espanhol se apresenta como a experiência que mais conseguiu durar apesar de não ter revertido as políticas econômicas. As revoluções árabes foram normalizadas pelas vitórias eleitorais conservadoras, mas os levantes se tornam endêmicos.

Na Turquia e ainda mais no Brasil, não sabemos – literalmente – o que vai acontecer. É no plano das condições objetivas que encontramos a maior diferença: na Espanha e, em geral, no mediterrâneo as revoluções são marcadas pelos processos de “desclassificação” das classe médias. No Brasil é exatamente o contrário: tudo isso acontece no âmbito e no momento da emergência da “nova classe média”. Só que essa nova composição de classe é, na realidade, a nova composição do trabalho metropolitano, lutando pelos parques ou pelos transportes públicos: ascendendo socialmente, os pobres brasileiros se tornam o que as classes médias europeias se tornam, descendo: a nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles.

IHU On-Line – Além do aumento do preço das passagens, quais são os outros motivos que desencadearam as manifestações?

Giuseppe Cocco – Podemos elencar duas respostas. A primeira é a seguinte: se pensarmos bem, essa pergunta encontra sua resposta numa sua simples reformulação: “por que nas cidades e metrópoles brasileiras não há mais lutas e mais levantes pelo sem número de motivos que a justificariam?”

No Brasil, não faltam razões! Uma vez que “pegou” é só escolher, a lista é infinita.

Vou trazer apenas um exemplo, contando uma anedota: um dia fui assistir a um Fórum da UPP Social (que hoje não existe mais) em duas favelinhas da Zona Norte, bem precárias. Toda a parafernália dos governos estadual e municipal estava mobilizada, com seus carros de função, para dar sentido à pacificação. Os poucos moradores que falaram colocaram dois problemas essenciais: primeiro, disseram, vivemos no meio do esgoto; segundo, os policiais agem de maneira violenta e arbitrária.

As dezenas de secretários e outros servidores presentes não conseguiram dizer nada sobre como seria resolvido esse problema básico do saneamento. Saindo da favelinha, passei por uma centena de adolescentes que ficava sem fazer nada na entrada e, no caminho de volta ao Centro do Rio, a 5 minutos de carro, passei na frente de uma obra gigantesca, faraônica: o Maracanã!

A pergunta de cima encontra uma resposta bem igual a que colocava Keynes em 1919: “nem sempre as pessoas aceitam morrer em silêncio”. Havia no Rio de Janeiro e no Brasil (e continua havendo) um sem número de movimentos de protesto e resistência, em particular por causa dos efeitos dos megaeventos, e hoje esses movimentos se juntaram, confluindo com a multidão da nova composição do trabalho metropolitano. No Rio, os manifestantes sempre se juntam para dirigir invectivas pesadas ao governador Sergio Cabral e ao prefeito Eduardo Paes.

Chegamos assim à segunda resposta: o movimento foi mesmo pelos 0,20 centavos! Só que esse “pouco” é na realidade “muito”. Por quê? Porque a questão dos transportes e, mais em geral, dos serviços é estratégica para o trabalho metropolitano. Os operários fordistas lutavam por salários e horários. Os trabalhadores imateriais têm como fábrica a metrópole e lutam pela qualidade de vida da qual dependerá a inserção deles em um trabalho que não é mais um emprego, mas uma “empregabilidade”.

Os operários fordistas lutavam para reduzir a parte do horário que ia embutida como lucro nos carros que produziam; os trabalhadores imateriais nas metrópoles desviam os slogans publicitários de uma montadora (“Vem Pra Rua”) para ressignificar os agenciamentos produtivos que se desenham na circulação. Os operários fordistas lutavam contra o trabalho. Os trabalhadores imateriais lutam no terreno da produção de subjetividade. É na circulação que a subjetividade se produz e produz valor e renda.

IHU On-Line – Os manifestantes deixam claro que são apartidários, não querem violência e não têm lideranças. Como interpretar esse discurso? Como pensar um novo modelo político a partir dessas características?

Giuseppe Cocco – Com certeza, uma das dimensões constitutivas da Revolução 2.0 é a crise da representação e essa é uma questão central. Precisamos lembrar que a antecipação da revolução 2.0 como crítica radical da representação é sul-americana. O “Que se vayan todos” argentino antecipou em 10 anos o “No nos representan” espanhol. Só que as dimensões dessa crise são processadas pelo discurso oficial – ou seja, partidário – de maneira invertida. E essa inversão não é por acaso. Aliás, os últimos desdobramentos do movimento (as agressões contra os partidos de esquerda nas manifestações do dia 20 de junho) nos mostram muito bem como funciona essa inversão.

Os partidos (sobretudo aqueles que estão no governo) dizem que esses movimentos são limitados porque recusam os partidos, não são “orgânicos”, porque têm uma “ideologia” que os recusa e, portanto, são potencialmente antidemocráticos. Obviamente, isso é correto. Só que, a afirmação correta esconde duas belas falsificações.

A primeira também é óbvia: os “grupos” que rezam por uma crítica fundamentalista da representação têm pouca consistência social e nenhuma capacidade de determinar, sequer influenciar, movimentos desse tamanho.

A segunda falsificação é uma consequência dessa primeira: os partidos atribuem a crise da representação a um processo e a uma crítica que viria de fora, quando na realidade os maiores e únicos responsáveis dessa crise são eles!

E a responsabilidade está na indiferenciação da clivagem direita/esquerda, ou seja, no fato de os governos mudarem e continuarem fazendo as mesmas coisas, inclusive com a reciclagem das mesmas figuras políticas. Assim, o PSOE espanhol atribuiu ao 15M sua derrota eleitoral, quando na realidade o 15M é apenas a consequência do fato que os socialistas espanhóis faziam a mesma política econômica da direita. É exatamente o que acabou acontecendo no Brasil de Lula e, sobretudo, de Dilma. O movimento que nasceu com a luta contra o aumento recusa as dimensões autoritárias e arrogantes das coalizões e desses consensos que reúnem direita e esquerda na reprodução dos interesses de sempre.

É o Haddad que devia representar o novo e se apresenta junto ao Alckmin para juntos dizerem a mesma coisa: que a redução da tarifa terá um custo (sic!). É a coalizão conservadora que governa o estado e a prefeitura do Rio, e onde o PT planeja e executa remoções de pobres, desrespeitando a própria LOM. São as alianças espúrias com os ruralistas de um ministro de esquerda. É a condução autoritária das megaobras e dos mega-

eventos. É a entrega da Comissão de Direitos Humanos da Câmara a um fundamentalista que, exatamente no dia seguinte da grande manifestação da segunda-feira, fez votar o projeto de Lei que define a homossexualidade como uma doença.

A esquerda e a incapacidade

A extrema esquerda ou a esquerda radical erram quando pensam que estão “salvas” dessa situação. Os partidos de esquerda são incapazes de entender que esse movimento se forma na recusa – confusa, flutuante, ambígua e até perigosa – do partido, da organização separada, da bandeira. Isso porque a recusa é geral, não faz distinções e funciona como rejeição de qualquer plataforma ideológica preparada e determinada por lógicas de aparelhos separados: nisso há uma percepção de que um dos problemas da política é a construção de aparelhos que tendem – antes de tudo – a reproduzir a si mesmos.

A agressão de um grupo organizado ao bloco de bandeiras do PSTU, do PSOL e do PCB na marcha da quinta feira, 20 de junho, quebrou as ilusões de que a crise seria somente do PT e assustou todo o mundo. Contudo, nesse episódio lamentável encontramos, mais uma vez, o funcionamento perverso da lógica da representação. Os grupos agressores eram claramente organizados e tinham esses objetivos tão claramente quanto o processo de organização indica as manipulações mais podres. Todas as análises e denúncias que imediatamente foram produzidas identificaram esses grupos (que claramente agiam a mando de algum desenho de provocar essa situação) com a manifestação em geral.

Sem partidos

Na realidade, o apoio genérico dos jovens à palavra de ordem “sem partidos!” não tem nenhuma significação linear e ainda menos “fascista”. Paradoxalmente, a recusa dos partidos, inclusive dos “radicais” e de suas bandeiras, é a recusa – claro, confusa e contraditória – da homologação de direita e esquerda e uma demanda para uma “verdadeira esquerda”. Essa demanda não é idealista e não pode ser travada com linguagens e símbolos obsoletos (as bandeiras vermelhas, por exemplo). Para reerguer as bandeiras vermelhas, é preciso deixá-las em casa por um bom momento! A bandeira vermelha precisa abandonar sua dimensão ideal e transcendente (ou seja, vazia) e voltar a ser interna (imanente) às linguagens das lutas como eles são. Nesse terreno é possível e necessário construir outra representação e, sobretudo, reforçar a democracia.

IHU On-Line – O senhor publicou recentemente no Twitter que “as lutas da multidão em São Paulo e no Rio são o melhor resultado dos governos Lula. Tão bom que ninguém no PT foi capaz de antecipar”. Pode nos explicar essa ideia? Trata-se da falência da política?

Giuseppe Cocco – Começando do final: não estamos diante da “falência da política. Ao contrário, trata-se da persistência da política! Diante de tudo que os partidos de esquerda fazem para fornecer munições ao velho discurso antidemocrático e moralista da elite, esses movimentos mostram que a política está viva, apesar dos Felicianos, dos Aldos, da tecnocracia neodesenvolvimentista e da corrupção! Ser contra o moralismo da direita não significa achar “graça” nos comportamentos imorais da esquerda no poder. Trata-se apenas de não cair nas armadilhas da direita, mas num esforço de conjunção ética dos fins e dos meios.

Esse movimento, qualquer seja seu desfecho, é o movimento da multidão do trabalho metropolitano, o mais puro produto dos 10 anos de governo do PT. Vamos aprofundar e esclarecer essa afirmação em dois momentos. Num primeiro momento, essa afirmação é uma valoração positiva dos governos Lula e Dilma. Uma avaliação positiva não porque tenham sido de “esquerda” ou socialistas, mas porque eles se deixaram atravessar – sem querer – por uma série de linhas de mudança: políticas de acesso, cotas de cor, políticas sociais, criação de empregos, valorização do salário mínimo, expansão do crédito.

A esquerda radical julgava essas políticas exatamente como agora – ironicamente nesse caso até o PT – julgam a questão das “bandeiras”: idealmente. “Lula está implementando outro modelo, outra sociedade, socialista?” se perguntava e criticava. Ora, ninguém implementa modelo alternativo, mesmo quando se está no governo. Apenas pode ter a sensibilidade de apreender as dinâmicas reais que, na sociedade, poderão amplificar-se e produzir algo novo.

Os governos Lula e Dilma associaram o governo da interdependência na globalização com a produção, tímida e real, de uma nova geração de direitos e de inclusão produtiva. Estatisticamente, isso se traduziu na mobilidade ascendente dos níveis de rendimento de mais de 50 milhões de brasileiros e pela entrada de novas gerações nas escolas técnicas e universidades. Lula não quis saber de bandeiras e até declarou que ele “nunca tinha sido socialista”. Ficou dentro da sociedade indo atrás das linguagens, dos símbolos e das políticas que entendia.

Na virada da década de 2010, esse processo se consolidou em dois fenômenos maiores: o primeiro é eleitoral e tem o nome de “lulismo”, ou seja, a capacidade que Lula tem de ganhar e, sobretudo, fazer ganhar eleições majoritárias: começando pela presidente Dilma e chegando ao prefeito Haddad; o segundo é o regime discursivo da emergência de uma “nova

classe média”, com base nos trabalhos do economista Marcelo Neri. Com a crise do capitalismo global (2007-2008) e a chegada de Dilma ao poder, o discurso da “nova classe média” foi além das preocupações do marketing eleitoral, para tornar-se a base social de uma virada que vê, no papel do Estado junto das grandes empresas, o alfa e o ômega de um novo modelo desenvolvimentista (neodesenvolvimentista).

Economia

Sociologicamente, o objetivo do neodesenvolvimentismo é transformar os pobres em “classe média”, e para isso é preciso economicamente de um Brasil Maior, capaz de se reindustrializar. O governo Dilma chegou a baixar os juros e multiplicou os subsídios às indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, em particular de carros, e à construção civil. O que o movimento afirmou e certificou foi a dimensão ilusória desse suposto modelo (isso não significa que o modelo não será implementado; significa apenas que ele perdeu a patina de consenso que o legitimava e deverá apresentar-se como cada vez mais autoritário). No plano macroeconômico, a inflexão tecnocrática não deu muito certo, pois a tentativa de mexer nos juros resultou na volta da inflação dos preços (que está na base da revolta). A inflação dos juros e aquelas dos preços se rerepresentaram como as duas faces de um impasse renovado que só uma mobilização produtiva (da qual não há sinal) pode resolver.

Nova classe média não existe

No plano sociológico, a “nova classe média” não existe, porque o que se constitui é uma nova composição social cujas características técnicas são de trabalhar diretamente nas redes de circulação e serviços da metrópole. A figura econômica (a “média” da faixa de renda) esconde o conteúdo sociológico de uma inclusão produtiva que não passa mais pela prévia implementação na relação salarial. Esse trabalho dos incluídos enquanto excluídos é um trabalho de tipo diferente: ele é precarizado (do ponto de vista da relação de emprego); imaterial (do ponto de vista que depende da recomposição subjetiva e comunicativa do trabalho manual e intelectual) e terciário (do ponto de vista da cadeia produtiva, aquela dos serviços).

A qualidade da inserção produtiva desse trabalho depende diretamente dos direitos prévios aos quais têm acesso e que, ao mesmo tempo, ele produz, como, por exemplo, poder circular pela metrópole. É exatamente essa composição técnica e social do trabalho metropolitano o que constitui a outra face da “nova classe média” oriunda do período Lula. Ao mesmo tempo em que ela foi a base eleitoral das sucessivas derrotas do neolibere-

ralismo, ela é também hoje, na sua recomposição política, a oposição ao neodesenvolvimentismo. Para ela, a questão da mobilidade urbana tem a mesma dimensão que tinha o salário para os operários ao mesmo tempo em que o segmento estratégico é aquele dos serviços.

As cidades e metrópoles brasileiras – e não a reindustrialização – constituem o maior gargalo, ao mesmo tempo social, político e econômico. A ideologia e a coalizão de interesses que estão com a presidente Dilma não mostraram, até agora, a menor capacidade de enxergar esse dado. Mais do que isso, essa nova composição do trabalho imaterial e metropolitano produz, a partir de formas de vida, outras formas de vida. Por isso, o movimento do passe livre, como aquele de Istambul que defendia um parque, foi juntando todos os focos de resistência que existem nas metrópoles, até se espalhar – como está fazendo nesse momento, dramaticamente e assustadoramente – pelas periferias onde nunca teve manifestação de massa nenhuma.

O que esse “levante” da multidão do trabalho imaterial nos mostra é que o “legado” destes últimos dez anos de governo está em disputa, e que o mais interessante é ficar por dentro dessas alternativas, em vez de querer colocar uma ou outra bandeira. A política e os movimentos estão dentro e contra. Por exemplo, pensemos a questão dos megaeventos, das copas e olimpíadas. Muitos dos focos de resistência nas metrópoles são movimentos que criticam os gastos com obras, estádios, favelas que resistem contra as remoções etc. Ao mesmo tempo, a possibilidade de o movimento ter acontecido sem uma repressão brutal, por enquanto, se deve também à Confederation Cup. Mais uma vez, o conflito é dentro e contra.

IHU On-Line – O que é possível vislumbrar para o cenário político a partir das manifestações?

Giuseppe Cocco – Creio que o evento é tão potente e imprevisto que ninguém saberá responder a essa pergunta. Sobre este momento: a cada dia e talvez a cada hora mudam alguns dados fundamentais. O que podemos dizer é que o cenário eleitoral de 2014 até 2018 estava desenhado e as variáveis vislumbradas eram aquelas macroeconômicas. O movimento se convidou para essa discussão. Só que não há ninguém que possa sentar nessa eventual mesa dizendo que o representa.

A terra tremeu e continua tremendo, só que a fumaça levantada não nos deixa ainda ver quais prédios cairão e quais ficarão em pé. Nesse cenário, podemos fazer duas conjeturas.

Numa primeira, a presidente Dilma pode abrir pela esquerda, por exemplo, com uma reforma ministerial que colocaria pessoas qualificadas e altamente progressistas em ministérios-chave como a Justiça, Cidade e Transportes, MinC e Educação, convocando a sociedade a se constituir – em todos os níveis

possíveis – em assembleias participativas para discutir as urgências metropolitanas.

Na segunda (que me parece ser aquela anunciada pelo pronunciamento do dia 21 de junho), ela se limita a reconhecer a existência de outra composição social no movimento e a construção de um grande pacto sobre os serviços públicos, mas não anuncia nada de novo a não ser algumas bandeiras de longo prazo (a destinação de 100% dos royalties do petróleo para a educação) e enfatiza a questão da ordem: repressão dos “violentos” e respeito pelos megaeventos (ou seja, mais repressão). E isso depois dos fatos bem sombrios da quinta-feira (aparição desses grupos pagos para agredir os partidos e, no Rio, repressão generalizada da manifestação perseguindo a centenas de milhares de participantes durante toda a dispersão).

O cenário que vislumbro é pessimista: parece-me que boa parte dos militantes de esquerda está caindo na armadilha das “bandeiras”, e que isso acabará por realmente entregar o movimento à direita e, por cima, haverá repressão, eventualmente também das opiniões. Nesse cenário muito provável, para salvar a si mesmos e evitar uma renovação geral, as burocracias e outros fisiologismos encastelados nos diferentes governos e coalizões, estão destruindo as possibilidades de uma grande renovação da esquerda e levando todo o mundo de roldão no buraco que será o resultado eleitoral de 2014. Mas quero muito estar errado. Se for verdade que estou errado, serão as lutas da multidão que o dirão e o cenário que elas têm de enfrentar é muito, muito complexo.

“A DISPUTA POLÍTICA ESTÁ NAS RUAS”

Entrevista especial com Rudá Ricci

“Trata-se de uma onda juvenil, de classe média”, que forma uma força “irresistível que carrega de tudo junto. Algo como um carnaval político e acredito que esta é a melhor maneira de analisarmos o que ocorre”, diz Rudá Ricci à *IHU On-Line*, ao comentar as manifestações que tomaram as ruas brasileiras.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, o sociólogo avalia as manifestações ocorridas em Belo Horizonte, onde identifica dois focos de atuação: um violento e outro pacífico. De acordo com ele, a tensão entre os manifestantes e a polícia é acentuada porque as “polícias não estão acostumadas a este tipo de conflito de rua, de natureza democrática. Enfrentam o tráfico organizado e situações onde está nítido, para eles, onde está o divisor de águas de conduta moral. Alguns, por convicção ideológica, acreditam que se trata de baderna. Mas não duvido que tenham uma ponta de dúvida ao ver aquela massa de dezenas de milhares de pessoas que avançam pelas ruas, incluindo mães que seguram as mãos de seus filhos pequenos”.

Ricci também comenta o plebiscito proposto pelo governo e afirma que “é a maneira mais inteligente de a energia que está nas ruas efetivamente se expressar e orientar a reforma política”. E dispara: “A questão, agora, é de construção de uma engenharia política adequada. Está em questão a composição e escolha dos constituintes. Teremos candidatos avulsos, não filiados a partidos?”

Rudá Ricci é graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e doutor em Ciências Sociais pela mesma instituição. É diretor geral do Instituto Cultiva, professor do curso de mestrado em Direito e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara, e colunista Político da Band News. É autor de *Terra de Ninguém* (Ed. Unicamp), *Dicionário da Gestão Democrática* (Ed. Autêntica), *Lulismo* (Fundação Astrojildo Pereira/Contraponto), coautor de *A Participação em São Paulo* (Ed. Unesp), entre outros.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que motivos atribui às manifestações que estão acontecendo em todo o país, e por quais razões as manifestações mais expressivas estão acontecendo em Belo Horizonte?

Rudá Ricci – Trata-se de uma onda juvenil, de classe média. Como toda onda, forma-se uma força irresistível que carrega de tudo junto. Algo como um carnaval político e acredito que esta é a melhor maneira de analisarmos o que ocorre. Começou com a articulação do Movimento pelo Passe Livre – MPL que surgiu em 2005, em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial – FSM. Este ano, já haviam realizado várias manifestações em capitais. O estopim de tudo foi a manifestação de São Paulo. A violência da PM indignou a todos e já no sábado era visível pelas redes sociais que a onda emocional se alastrava pelo país, principalmente nas regiões onde há maior nível de instrução: centro-sul do país e litoral nordestino. No início da semana seguinte, na manifestação de São Paulo, a situação já era outra, e o MPL perdeu o controle e liderança. Na quarta, teve início a disputa de pautas.

Partidos

O Anonymous Brasil lançou uma pauta de cinco pontos, relativamente conservadora (ao menos os cinco pontos), e vários comitês de crítica aos gastos realizados para organização da Copa do Mundo lançaram as suas. No dia seguinte, foi a vez dos partidos. Aí veio o desastre, revelando que os maiores partidos do Brasil estão absolutamente desconectados das ruas. O presidente nacional do PT lançou uma “onda vermelha” (quando os líderes das mobilizações sugeriam branco, verde e amarelo) e colocou em risco a integridade dos militantes. Até hoje, Rui Falcão deve desculpas aos militantes sinceros e abnegados de seu partido. O PT tinha a obrigação de estar nas ruas, mas não disputando com os manifestantes.

Depois, veio o PPS com sua propaganda gratuita, justamente quando explodia, na quinta à noite, manifestações muito violentas em Brasília e no Rio de Janeiro. Uma falta de sensibilidade e timing político revelador. O PSDB oscilou e até agora tenta ajustar o tom, já que a rua nunca foi seu forte. A onda seguinte foi promovida pela presidente Dilma, quando lança seus cinco pactos. O ponto mais importante foi o do plebiscito e reforma política. Saiu das cordas e foi para o centro do ringue. Todas as forças políticas, partidos e sociedade civil, estão se debruçando até agora para dizer o que pensam desta pauta. Até parte da imprensa esqueceu seu papel e entrou neste jogo como militante. Agora é saber como fazer a ponte entre a rua e a negociação da mudança, sem desmobilizar os manifestantes, numa ponte entre a democracia direta e a representativa.

Talvez, seja o momento do que nós, sociólogos, denominamos de “representação delegada”, aquele representante que não tem autonomia para mudar o que a assembleia que o eleger definiu.

IHU On-Line – Como entender a violência nessas manifestações de BH? Quais são os grupos envolvidos nesses conflitos?

Rudá Ricci – Temos dois focos muito nítidos e já identificados. O primeiro, um grupo de anarquistas alimentados pela teoria da “ação direta”. Como o nome já sugere, trata-se de forçar a mudança sem os recursos indiretos (judiciário ou parlamento). Há uma vertente não violenta e outra, violenta, orientada para desestabilizar as instituições e enfrentar a lógica política e econômica dominante. O outro segmento são setores da inteligência policial. Há vários depoimentos de professores universitários e médicos que acusam estas ingerências que objetivavam provocar situações de conflito nas manifestações do último sábado. Estão disponíveis na internet, inclusive no meu blog.

IHU On-Line – Como essas manifestações “abalam” a estrutura interna da Polícia Militar?

Rudá Ricci – Não abalam, mas criam muita tensão e sentimento de orfandade entre os praças e todos os suboficiais. Algo que não é novo na história das forças de segurança pública do nosso país. No sábado passado, a tensão foi muito forte porque o Alto Comando da PM orientava para o não confronto.

Ocorre que nossas polícias não estão acostumadas a este tipo de conflito de rua, de natureza democrática. Enfrentam o tráfico organizado e situações onde está nítido, para eles, onde está o divisor de águas de conduta moral. Alguns, por convicção ideológica, acreditam que se trata de baderna. Mas não duvido que tenham uma ponta de dúvida ao ver aquela massa de dezenas de milhares de pessoas que avançam pelas ruas, incluindo mães que seguram as mãos de seus filhos pequenos.

O que seria mais correto é evitarmos o contato direto. Não há motivo algum para tentar romper a linha divisória estabelecida, mesmo que seja uma afronta à soberania nacional. A demonstração de força já foi dada. O recuo de governantes e parlamentares é nítido.

Agora é necessário ter inteligência política e saber alterar as estruturas de representação e decisão políticas. Se assegurarmos esta mudança, estes limites impostos pela FIFA nunca mais ocorrerão. Caso contrário, ficam as demonstrações infantis que se revelarão efêmeras.

IHU On-Line – Como o senhor vê a atuação dos anarquistas?

Rudá Ricci – Não está nítido, até agora, se são bem formados ou tentam se escorar em teorias políticas. Parecem muito jovens

e fazem formações que se aproximam muito de uma lógica militar. Minha equipe, até agora, não conseguiu conversar com eles (montamos no Instituto Cultiva um pequeno observatório das manifestações desde o início da semana passada). Mas a totalidade dos líderes das manifestações de BH (aqui tem lideranças nítidas) rejeitam os atos e provocações deles.

IHU On-Line – Em seu blog, o senhor informa que as manifestações em Belo Horizonte são lideradas por várias organizações, como o “Fora Lacerda”, Brigadas Populares e o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa – COPAC. Pode nos falar um pouco sobre essas organizações e como estão se articulando nas manifestações? Em que pontos elas convergem e divergem?

Rudá Ricci – Várias dessas organizações já existem há algum tempo. Possuem sites e páginas no Facebook, inclusive. O “Fora Lacerda” (em alusão ao prefeito de Belo Horizonte) está aqui. As brigadas populares estão aqui. São, em sua maioria, constituídas por jovens, muitos filiados a partidos de esquerda, uma parte vinculada a questões de moradia e direitos urbanos, outros à área de cultura. No ano passado, já haviam enfrentado o aumento de salário dos vereadores de BH e conseguiram impor recuo à posição do prefeito, que teve que vetar esta proposta. Todos se articularam ao redor do COPAC (ver página no Facebook). Alguns partidos (PSOL, PSTU, PCO, entre outros) estão incorporados desde o início. Vários sindicatos (SindUTE, filiado à CUT), também. Uma frente de esquerda que, desde o início, coordenou as manifestações na capital.

Ocorre que a explosão na rua trouxe um carnaval de posições, cores e pautas que fogem ao controle, muitas vezes, do COPAC. Em outras palavras, a disputa política está nas ruas.

IHU On-Line – Como foi a reunião entre o governador de Minas Gerais com as organizações envolvidas nas manifestações?

Rudá Ricci – Inicial, mas positiva. Houve um avanço quanto à organização e controle da manifestação desta quarta-feira. Por exemplo, um membro do COPAC e um comandante da PM representaram as duas partes. Também foi acertado que haverá uma barreira física (uma grade) sem presença de policiais, que se postarão há uns 10 metros desta barreira. Foram apresentadas as pautas do Comitê, que foram votadas em plenárias abertas, embaixo de um viaduto da região central da capital mineira (também disponível no meu blog). Agora começará a negociação. Um passo importante, mas que dependerá do que ocorrer hoje em BH.

IHU On-Line – Num primeiro momento após se pronunciar sobre as manifestações, o governo propôs uma Assembleia Constituinte, mas depois desistiu e sugeriu um plebiscito com pergun-

tas diretas sobre reforma política. Como vê essa mudança de propostas?

Rudá Ricci – Oficialmente, o governo não desistiu. Trata-se de uma leitura de alguns órgãos de imprensa. Deverá até desistir, mas isto é interpretação até o momento. Nós, da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política desejamos o plebiscito porque é a maneira mais inteligente de a energia que está nas ruas efetivamente se expressar e orientar a reforma política. Contudo, a constituinte exclusiva, além de não ser uma certeza jurídica, pode ser uma armadilha para que a velha estrutura da política nacional se refaça, como ocorreu no momento seguinte ao impeachment do Collor. A questão, agora, é de construção de uma engenharia política adequada. Está em questão a composição e escolha dos constituintes. Teremos candidatos avulsos, não filiados a partidos? Também se discute se o processo seria o plebiscito, a montagem do colegiado de elaboração da reforma política e, depois, um referendium. O fato é que a leitura institucionalista, que muitas vezes abomina as ruas, quer dar poderes ao atual Congresso Nacional para conduzir a reforma. Além deste Congresso ter refutado, na prática, a reforma política, sua legitimidade está sendo questionada nas ruas. O que os institucionalistas não compreendem é que podem estar atendo fogo na gasolina.

IHU On-Line – *Que avaliação faz do pronunciamento da presidente na última sexta-feira? Quais foram os pontos altos e baixos do discurso?*

Rudá Ricci – O ponto fraco foi o primeiro item. O que significa, afinal, equilíbrio fiscal. O Fórum Brasil do Orçamento questiona a base do que se denomina de responsabilidade fiscal que foi construída a partir do objetivo de pagamento da dívida externa. Algo que o Brasil não conseguiu reduzir efetivamente. Os cálculos da Auditoria Cidadã da Dívida são muito nítidos a este respeito. O FBO lançou, anos atrás, a proposta de Lei de Responsabilidade Fiscal e Social que redefine os princípios da responsabilidade fiscal. A proposta tramita na Câmara Federal e sugere a definição de “mínimos sociais” no ciclo orçamentário, além do monitoramento da sociedade civil sobre sua observação, sob pena do governante (nas três esferas do poder Executivo) ser responsabilizado.

O ponto forte foi a proposta de plebiscito e constituinte para a reforma política, a despeito da sua validade jurídica. A presidente voltou ao centro do ringue, justamente num momento em que todos governantes pareciam paralisados. Agora, todos discutimos esta pauta, numa evidente retomada de protagonismo do governo federal. Trata-se de interpretar o jogo político, não as tecnicidades jurídicas. Não podemos inverter esta leitura. É

possível corrigir erros técnicos, desde que tenhamos clara a estratégia e os objetivos centrais que unem os brasileiros.

IHU On-Line – Em que medida essas manifestações são também uma reação à gestão do PT no governo?

Rudá Ricci – É uma reação a todos os governos e partidos, o que inclui o PT. No caso do PT, o governo Lula cometeu dois erros políticos. Primeiro, retirou os canais sociais por onde as demandas das ruas se organizavam e eram transformadas em pautas. Estou citando ONGs, pastorais sociais, sindicatos, entidades de representação e mobilização social. Todas ingressaram na estrutura de Estado ou passaram a terceirizar serviços públicos através de convênios. Na prática, aquele canal por onde a população tinha sua insatisfação acolhida foi interdito. O segundo erro foi abdicar do papel histórico dos governos de esquerda, que é sua ação pedagógica, o confronto com valores conservadores. Veja o caso do governo Hollande, que não é marcado por uma identidade absoluta com um projeto de esquerda. Hollande enfrenta o tema do casamento homoafetivo. Mesmo enfrentando a ira de segmentos sociais, sabe que é seu papel político abrir esta reflexão e garantir direitos civis. Lula não enfrentou nenhuma agenda polêmica porque decidiu estabelecer a conciliação de interesses em sua gestão.

Dilma Rousseff insinuou que seria mais engajada, mas foi recuando ou reduzindo estas agendas como prioridades de governo. Este vácuo abriu uma enorme lacuna entre o ideário petista e o que ocorria, efetivamente, nas ruas. Há sinais claros de avanço de valores conservadores, até mesmo fundamentalistas, entre camadas populares, grande parte que teve sua condição de renda e consumo catapultadas nos últimos dez anos. Neste momento, as ruas, do ponto de vista sociológico, exigem a reconstrução destes canais de expressão social na política. E, do ponto de vista do PT, exigem que o partido se reapresente ao cotidiano dos brasileiros. O PT está colhendo os frutos de sua burocratização acelerada. Não é só a esquerda que perde com esta guinada, a própria democracia brasileira perde. É isto que as ruas nos revelam.

IHU On-Line – Como o senhor avalia a reação do Estado brasileiro diante de tais manifestações?

Rudá Ricci – Ele ainda tenta organizar a mudança de agenda. Mas a grande questão é que esta mudança altera os acordos internos com aliados e até mesmo a estrutura de comando político, que tem na figura dos deputados federais o centro da rede de relações que une agências estatais aos municípios. Os convênios estabelecidos entre prefeituras e ministérios ou bancos federais fez dos municípios uma tábula rasa, onde encontramos

os mesmos programas federais do Oiapoque ao Chuí. Esta lógica está em questão, ainda que indiretamente, pelas ruas.

IHU On-Line – Como avalia o discurso presente nessas manifestações? Pode haver uma mudança política no país e no mundo de modo geral diante da crítica acerca dos partidos e da estrutura política?

Rudá Ricci – Acredito que as ondas de manifestações sociais de massa do século XXI estão dando seus recados. Os partidos revelam exaustão como estruturas de representação e não estão inseridos no cotidiano dos cidadãos. São estruturas do século XIX, afinal. Fico surpreso com o tom fatalista das vozes mais conservadoras, quase religiosa, dos que afirmam que sem partidos cairíamos no fascismo ou anarquismo. Não está em questão a necessidade de mediação social, de representação, mas se a forma partidária não seria anacrônica. O que vimos na Primavera Árabe e, agora, no Brasil, é uma forma de convocação e mobilização muito mais poderosa que as formas clássicas (ou modernas) de organização política. Aliás, não só de convocação e mobilização, mas também de vazão de demandas as mais variadas. Agora saberemos se são, também, capazes de agregar demandas e formular agendas nacionais. Mas a estrutura de rede (“structural holes”) parece ser mais eficiente e adequada à fragmentação social deste século. O certo é que vivemos uma transição. O que obriga a um olhar atento sobre tendências e possibilidades abertas. Além de nós.

“NÃO É MAIS POSSÍVEL ADMITIR QUE UMA LUTA POPULAR TENHA COMO META A ELEIÇÃO DE ALGUM REPRESENTANTE”.

Entrevista especial com Bruno Lima Rocha

“Ninguém atura mais ser reprimido durante o exercício democrático de livre expressão e demanda por direitos”, diz Bruno Lima Rocha à *IHU On-Line*, ao avaliar as manifestações que tomaram as ruas das capitais brasileiras nos últimos dias. Na avaliação do jornalista e cientista político, as manifestações demonstram que, apesar da agenda social brasileira, “é visível a distribuição de poder no país, e que mesmo tendo memória dos tempos em que vivíamos pior, já não é possível conviver sem o direito à cidade e à mobilidade”.

Segundo ele, “a agenda social não processou um vigoroso movimento popular, foi justo ao contrário. Assim, o Estado cumpre a tarefa da agenda social, mas não redistribui poder e não tolera algum poder de exigência e mobilização”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, Lima Rocha avalia que a manifestação está dividida entre aqueles que “nunca se organizam e trazem a bandeira e o hino nacional” e os que estão a mais tempo organizados em lutas populares, “compreendendo a sociedade de classes”. De todo modo, acentua, os rumos políticos do país “estão sendo transformados, uma vez que estas conquistas pontuais implicam num modelo de que é possível reverter decisões de Estado, mesmo que estas sejam dadas como fatos consumados”.

Bruno Lima Rocha possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atualmente leciona no curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Além do aumento do preço da passagem, que outros motivos desencadearam as manifestações dos últimos dias? Há um descontentamento com os rumos da política brasileira?

Bruno Lima Rocha – Entendo que há um problema de organização social. Há 10 anos vivemos um cogoverno de centro-esquerda, vivemos melhor no mundo do consumo, mas estamos desorganizados como povo. Setores inteiros do movimento popular estão desarticulados ou têm relações complicadas – subordinadas – para com o governo. Ao mesmo tempo, no Brasil circula muita informação que adere, desde 2000, às lutas anti-globalização. Bem, entendo que é disso que se trata. No caso do Movimento Passe Livre – MPL, é uma luta que se inicia em 2000 em Florianópolis, se nacionaliza a partir de 2005 justo com a realização do Fórum Social Mundial – FSM em Porto Alegre e que se acumula junto com a Copa das Confederações.

IHU On-Line – *O que tais manifestações demonstram sobre a atuação do Estado brasileiro com a agenda social?*

Bruno Lima Rocha – Demonstram que a exigência pelos direitos é uma pauta que hoje atravessa setores desorganizados. Também apresenta que, apesar da agenda social, é tão visível a distribuição de poder no país, que mesmo tendo memória dos tempos em que vivíamos pior, já não é possível conviver sem o direito à cidade e à mobilidade. A economia do país levou a uma inclusão capitalista, mas esta não veio por conquistas. A agenda social não processou um vigoroso movimento popular, foi justo ao contrário. Assim, o Estado cumpre a tarefa da agenda social, mas não redistribui poder e não tolera algum poder de exigência e mobilização.

IHU On-Line – *Em todas as manifestações houve conflito entre manifestantes e a polícia. Como avalia a violência presente nos protestos e a repressão policial? Por que manifestações sociais sempre são seguidas de repressão? Há uma tendência à criminalização das manifestações?*

Bruno Lima Rocha – Sim, há um nítido intento de criminalizar os movimentos populares e atribuir causas individuais aos ativistas. Há a presença de infiltração policial e de elementos de extrema direita, mas são dois os fatores mais relevantes: 1) ninguém atura mais ser reprimido durante o exercício democrático de livre expressão e demanda por direitos. As cidades não pertencem apenas ao sistema de transporte, e a repressão na Paulista e, no caso do RS, na avenida Ipiranga, demonstra isso; 2) as multidões têm algo de incontrolável e neste caso, as manifestações se parecem com as da França, em que as agrupações de movimentos sociais se confundem com o povo que mora nos chamados “subúrbios quentes”. Quando esta nova força se politiza, este processo demora e passa por descontrole.

IHU On-Line – *Há um sentimento massivo de que unidos é possível mudar os rumos políticos do país. Na prática, o que isso significa e aponta como mudança de perspectiva política?*

Bruno Lima Rocha – Creio que sim, que há uma perspectiva nova em relação à coletividade. O problema é que trata-se de um termo e sentido em disputa, onde quem nunca se organiza traz a bandeira e o hino nacionais, enquanto quem está a mais tempo organizado aponta para lutas populares, compreendendo a sociedade de classes. A prática já existe e este caldo de cultura seguirá organizado, ao menos até a agenda eleitoral do ano que vem. Ou seja, durante a Copa do Mundo teremos uma pauta paralela, onde o povo se questiona quanto aos gastos da Copa, considerando que aqui teremos uma realização mais parecida com a da África do Sul do que com a da Alemanha. E, quanto aos rumos políticos do país, sim, creio que já estão sendo transformados, uma vez que estas conquistas pontuais implicam num modelo de que é possível reverter decisões de Estado, mesmo que estas sejam dadas como fatos consumados.

IHU On-Line – *Como o senhor avalia a crítica à política representativa e aos partidos políticos, especialmente aos que são considerados de esquerda e têm uma agenda social?*

Bruno Lima Rocha – Considero as críticas acertadas, porque a tendência de quem entra no jogo eleitoral é se imiscuir com as regras do jogo viciado, mais do que transformar as relações políticas. Não é mais possível admitir que uma luta popular tenha como meta a eleição de algum representante, ou pior, que alguém seja eleito prometendo ser controlado pela entidade coletiva e depois se descole desta e passe a atuar por conta própria. Entendo que a esquerda só se renova, ou se legitima, como é o caso do anarquismo, por baixo e na base.

IHU On-Line – *Os manifestantes deixam claro que são apartidários, e não têm lideranças. Como interpreta esse discurso? Como pensar um novo modelo político a partir dessas características?*

Bruno Lima Rocha – É um modelo bem antigo, e não é que seja “apartidário” necessariamente, mas sim que as agrupações político-ideológicas se subordinam às decisões coletivas tomadas pelos movimentos. Isso é o inverso do leninismo, assim como a não constituição de lideranças carismáticas. Os líderes seriam transitórios e o maior número possível de decisões é submetido a deliberações coletivas. É possível expandir este modelo, tanto para a pressão popular no sentido de diminuir as margens de manobra dos governos, do aparelho de Estado e dos empresários em prol das maiorias, como também em uma situação ampliada, de modelo societário mesmo.

IHU On-Line – *Ontem os governos anunciaram redução de tarifa do transporte público em São Paulo e no Rio de Janeiro. O que*

isso significa? Percebe uma possibilidade de diálogo entre o Estado e os cidadãos?

Bruno Lima Rocha – Antes de nada uma vitória exemplar, mesmo que esta decisão implique em uma manobra para esconder a pauta das margens de lucro dos empresários. O Estado tem vários canais de diálogo com a cidadania, organizada ou não. O problema é que as maiorias só têm poder de veto se mobilizadas, se coagindo o topo da pirâmide social a não avançar tanto sobre os interesses coletivos. No Rio, em São Paulo, aqui [no RS] e no Brasil inteiro, trata-se disso. Para cessar uma perda, só pressionando e pondo em xeque não apenas a decisão em si, mas o mecanismo decisório, a legitimidade dos argumentos e os interesses de fundo.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Bruno Lima Rocha – Repito o que disse em outras publicações. A presença da ideologia anarquista é visível, tanto em sua forma mais difusa como na mais orgânica, vinculada a Coordenação Anarquista Brasileira, sendo que no RS esta Coordenação tem a Federação Anarquista Gaúcha – FAG como membro. Digo isso por ter total certeza deste dado e afirmo que, para ampliar a democracia direta e a defesa dos direitos coletivos, tal presença é fundamental. Todos os elementos apresentados: horizontalidade, identidade e independência de classe, sentido popular, democracia direta, profunda democracia interna, exercício do direito das maiorias, todas estas categorias estão presentes e constituem a ideologia anarquista em si.

PRECARIADO: A ESPINHA DORSAL DOS PROTESTOS NAS RUAS DAS 353 CIDADES BRASILEIRAS

Entrevista especial com Giovanni Alves

O precariado, formado por jovens-adultos escolarizados, mas com inserção precária nas relações de trabalho e vida social, constitui a “camada média do subproletariado urbano” e é a “espinha dorsal dos protestos nas ruas das 353 cidades brasileiras ocorridos em junho de 2013”, avalia Giovanni Alves em entrevista concedida à *IHU On-Line*. Na interpretação dele, os jovens não vivenciam apenas uma “precarização salarial” por conta do desemprego, dos baixos salários e dos contratos salariais precários, mas estão diante de uma “precarização existencial que ocorre com a precariedade dos serviços públicos nas cidades brasileiras – transporte público, saúde, educação, espaços públicos – e o modo de vida *just-in-time*”.

As manifestações que tomaram as ruas nos últimos dias representam também uma “insatisfação social” com as demandas sociais reprimidas da camada média do subproletariado urbano, durante os governos Lula e Dilma. “A frente política do neodesenvolvimentismo de Lula e Dilma focou o gasto público no subproletariado pobre (por exemplo, aumento do salário mínimo, Bolsa Família, acesso ao crédito), deixando de lado as demandas sociais reprimidas da camada média do subproletariado urbano”, salienta em entrevista concedida por e-mail.

Para Alves, as manifestações são incapazes, “em si e para si, de ir além da explicitação cotidiana da inquietação social e carecimentos sociais. O problema dos movimentos sociais é a sua pluralidade setorial que tende a promover a dispersão de sua força social e política. A revolta do precariado manifestou, por exemplo, como Movimento do Passe Livre, explicitando problemas nos transportes públicos no Brasil. Depois foram incluídas outras pautas de insatisfação social – algumas pautas políticas criadas pela imprensa conservadora. Mas, no geral, as demandas sociais inscritas eram difusas”.

Giovanni Alves é professor da Faculdade de Filosofia e Ciências do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, no campus de Marília. Livre-docente em teoria sociológica, é mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp.

Atualmente, desenvolve o projeto de pesquisa “A derrelição de Ícaro – Sonhos, expectativas e aspirações de jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil (2003-2013)”. É autor de, entre outros, *Dimensões da precarização do trabalho – Ensaio de sociologia do trabalho* (Bauru: Projeto editorial praxis, 2013).

Carlos A. Gadea é doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. É professor do PPG em Ciências Sociais da Unisinos.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Ao comentar as manifestações que acontecem em todo o país, o senhor diz que se trata da “revolta do precariado”. Pode nos explicar essa ideia? Quem é o precariado e como a precarização do trabalho reflete nas manifestações?

Giovanni Alves – Tenho utilizado o conceito de precariado num sentido bastante preciso: o precariado é a camada média do subproletariado urbano, constituída por jovens-adultos altamente escolarizados, mas com inserção precária nas relações de trabalho e vida social. O precariado é constituído por um conjunto de categoriais sociais como, por exemplo, estudantes de nível médio ou nível superior, recém-graduados desempregados ou inseridos em relações salariais precárias; ou ainda por jovens empregados precarizados. Portanto, o conceito de precariado como camada social da classe dos trabalhadores assalariados está delimitado pelas variáveis salariais, etárias e educacionais. Esse contingente de jovens-adultos, por serem altamente escolarizados, tende a cultivar um *ethos* de “classe média” baseado nos anseios de ascensão social por meio da carreira profissional e desejo de consumo. Por isso pertencem às camadas médias do proletariado urbano. Entretanto, tendo em vista a nova dinâmica do mercado de trabalho no Brasil, um contingente de jovens altamente escolarizados estão desempregados ou estão inseridos em relações salariais precárias tendo em vista a degradação do estatuto salarial (por exemplo, contrato precário de trabalho e baixa remuneração salarial).

Um misto de frustração de expectativas e insatisfação social

Por exemplo, segundo o jornal O Estado de São Paulo, de 30-06-2013, o salário médio mensal dos trabalhadores com mais anos de escolaridade recuou entre 2002 e 2011 no Brasil. A média de salário dos profissionais com 12 anos ou mais de estudo caiu 8% nesse período, de R\$ 3.057 para R\$ 2.821 (a variação já desconta a inflação do período). Isso significa que o poder aquisitivo desse grupo caiu em 10 anos. Na verdade, as camadas mais escolarizadas do mundo do trabalho no Brasil viram aumentar a concorrência na última década. Nos últimos

anos, as pessoas ficaram mais tempo na escola, e a oferta de profissionais com ensino médio e superior aumentou. Cresceu a fatia dos trabalhadores brasileiros com ensino médio e superior em andamento ou concluído. O crescimento da escolaridade também foi impulsionado pelo aumento do número de universidades privadas. Enfim, houve mais ofertas de trabalhadores assalariados altamente escolarizados, a maior parte deles jovens recém-graduados. E muitos profissionais podem ter ingressado no nível mais elevado de escolaridade, mas com o mesmo salário, o que reduziu a média de ganho da categoria. Desse modo, o precariado possui, em si e para si, um misto de frustração de expectativas e insatisfação social e, por outro lado, carecimentos radicais que o torna susceptível de atitudes de rebeldia.

A meu ver, o precariado constituiu a espinha dorsal dos protestos nas ruas das 353 cidades brasileiras ocorridos em junho de 2013. Na medida em que cresceram por conta da exposição midiática, o corpo das manifestações massivas que atingiram as cidades brasileiras incluiu outras camadas sociais, frações e categorias de classe que ocuparam as ruas. Mas o que eu saliento é que a espinha dorsal da multidão massiva que ocupou as ruas era constituída pelo precariado. De repente, o Movimento do Passe Livre – MPL deu visibilidade nas ruas brasileiras à camada social do precariado, o subproletariado médio das cidades brasileiras. Por exemplo, no artigo “Que juventude é essa”, publicado no jornal Folha de S.Paulo, de 23-06-2013, o sociólogo Marcelo Ridenti descreveu a juventude que ocupou as ruas nas manifestações do Outono Quente do seguinte modo: “Ao que tudo indica até o momento, são principalmente setores da juventude, até há pouco tida como despolitizada, e que não deixa de expressar as contradições da sociedade. *Parece tratar-se de uma juventude sobretudo das camadas médias, beneficiadas por mudanças nos níveis de escolaridade, mas inseguras diante de suas consequências e com pouca formação política*” (o grifo é meu). O que Marcelo Ridenti descreve, sem o saber, é o precariado. O corte geracional torna a camada social do precariado susceptível à utilização das redes sociais (Facebook e Twitter).

Ao mesmo tempo, como o precariado nasceu e cresceu na era do neoliberalismo, que aprofundou nas últimas duas décadas, a imbecilização cultural, a despolitização e o irracionalismo social na sociedade brasileira, ele tornou-se bastante susceptível às atitudes anarcoliberalas, anarcopunks, neofascistas e esquerdistas *tout cort*, isto é, atitudes “extremistas”, manipuladas tanto à esquerda como à direita, principalmente numa conjuntura social instável e polarizada politicamente. Na verdade, partidos e sindicatos têm dificuldades em absorver as insatisfações sociais, demandas radicais e formas de organização do precariado.

Precarização existencial

Enquanto camada média da classe social do proletariado, o precariado tem uma cultura e psicologia social própria. Por um lado, seus membros são movidos pela profunda insatisfação social. O que significa que a rebeldia do precariado é expressão das novas dimensões da precarização do trabalho que ocorre no Brasil. Não se trata apenas da *precarização salarial* tendo em vista o desemprego, baixos salários, rotatividade do trabalho, contratos salariais precários e frustração de expectativas de carreira profissional; mas trata-se também da *precarização existencial* que ocorre com a precariedade dos serviços públicos nas cidades brasileiras – transporte público, saúde, educação, espaços públicos – e o modo de vida *just-in-time* (discuto isso no meu último livro “Dimensões da Precarização do Trabalho no Brasil”). Por outro lado, o precariado é movido pelos carecimentos radicais: a juventude escolarizada torna-se vulnerável ao desalento e angústia intrínsecos ao prosaísmo da vida burguesa e a incapacidade da sociedade das mercadorias em sua etapa de capitalismo manipulatório em dar uma vida plena de sentido. Enfim, o precariado representa, em si e para si, a carência de futuridade intrínseca à ordem do capital. É por expressarem as contradições radicais da ordem burguesa hipertardia que o precariado é suscetível a absorver em suas atitudes sociais, formas de irracionalidade que caracterizam a ordem decadente do capital. É importante salientar que o cerne da radicalidade do precariado é a contradição visceral entre “ideais de classe média”, impulsionados pela educação do capital, além da condição de proletariedade que caracteriza a situação existencial da juventude rebelde. Mas os protestos de rua no Brasil não dizem respeito à revolta da “classe média”. Na verdade, a pobreza heurística do conceito de “classe média” tende a ocultar a condição existencial de classe da multidão insatisfeita das ruas, multidão de jovens-adultos proletários altamente escolarizados insatisfeitos socialmente e carentes de uma vida plena de sentido.

IHU On-Line – O que a “revolta do precariado” demonstra sobre a condução política, econômica e social do país nos últimos anos, especialmente em relação à ascensão da classe C via consumo, à expansão econômica via crédito, ao aumento do salário mínimo e às políticas públicas sociais de distribuição de renda?

Giovanni Alves – A curta década de 2000 foi marcada pela ascensão e impasses do neodesenvolvimentismo no Brasil. O projeto lulista ou projeto de desenvolvimento burguês redistributivista, com foco no subproletariado pobre (a dita “Classe C”), adotou a linha de menor esforço do redistributivismo de renda, privilegiando, desse modo, a formação de “sujeitos passivos” da agenda governamental (Bolsa Família). Na verdade, por trás do rea-

linhamento eleitoral do PT em 2008, constatado por André Singer no livro “O sentido do lulismo” (o PT tornou-se o partido dos pobres), está à opção política pela linha de menor esforço do redistributivismo de renda – o “reformismo fraco”. Enquanto o neoliberalismo da década de 1990 sucateou os serviços públicos, o neodesenvolvimentismo da década de 2000 não os recuperou efetivamente. Na verdade, a frente política do neodesenvolvimentismo de Lula e Dilma focou o gasto público no subproletariado pobre (por exemplo, aumento do salário mínimo, Bolsa Família, acesso ao crédito), deixando de lado as demandas sociais reprimidas da camada média do subproletariado urbano – o precariado, imerso na dupla dimensão da precarização do trabalho: precarização salarial e precarização existencial.

Demandas sociais

Entretanto, tratar das demandas sociais do precariado significaria enfrentar efetivamente o capital financeiro, tendo em vista que a linha de menor esforço do redistributivismo do capital significa, em si e para si, renunciar a enfrentar os constrangimentos do orçamento estatal pela dívida pública nas mãos do capital financeiro que impede, por exemplo, investimentos de maior porte nos serviços públicos. A direita neoliberal, sedenta em manipular a revolta do precariado, oculta a radicalidade das demandas sociais das manifestações das ruas e suas implicações políticas. Por exemplo, quem financiaria a melhoria efetiva dos serviços públicos? Em que medida a melhoria dos serviços públicos significaria alterar o modelo de controle social, propriedade e gestão da coisa pública no Brasil? Etc. Portanto, surgiram impasses sociais e políticos e explicitaram-se os limites radicais do neodesenvolvimentismo com a ascensão das camadas médias do subproletariado urbano, que cresceu na última década devido à renovação geracional do mercado de trabalho e ao aumento do perfil de escolaridade da massa proletária urbana (por exemplo, o acesso ao ensino superior praticamente dobrou em uma década).

O precariado como subproletariado urbano

Em 2000, eram admitidos anualmente 900 mil calouros. Em 2011, quase 1,7 milhão. (Dois terços no ensino privado.) Enfim, cresceu o precariado como subproletariado urbano, inserido na condição pós-moderna no sentido de rompimento dos parâmetros da modernidade fordista baseada nos ideais de educação como capital humano, emprego como carreira profissional e consumo/família como realização pessoal; uma condição pós-moderna que possui também um caráter cultural caracterizado pela corrosão do caráter, valores do individualismo e sentimento

de “presentificação crônica”. Enquanto o neodesenvolvimentismo interpelou o subproletariado pobre como “sujeitos passivos” da agenda governamental, o precariado que se manifesta hoje nas ruas aparece como “sujeitos ativos” da insatisfação social com os limites do neodesenvolvimentismo e portadores de carecimentos radicais intrínsecos da ordem burguesa hipertardia. Na verdade, o precariado expõe os limites radicais do neodesenvolvimentismo como modo de desenvolvimento capitalista incapaz de dar resposta às necessidades sociais das cidades como espaço público.

Insatisfação acumulada

As causalidades imediatas dizem respeito à insatisfação social acumulada nas últimas décadas de democracia brasileira com a precarização do trabalho em sua forma de precarização salarial e precarização existencial, onde a crítica da qualidade dos serviços públicos é um traço crucial: saúde, educação, transporte público e espaços públicos urbanos. Por isso, a rebelião do precariado nasceu com o MPL, que depois se transfigurou como movimento social permeado de um complexo de demandas sociais acumuladas insatisfeitas pelo neodesenvolvimentismo burguês. Mas o movimento do precariado no Brasil e no mundo expõe no século XXI os carecimentos radicais das camadas médias do proletariado – o subproletariado médio – sedento de uma vida plena de sentido no interior da ordem estranhada do capital.

*IHU On-Line – Em artigo recente, ao mencionar a participação dos jovens nas manifestações, o senhor afirma que a “condição social de estudante é hoje uma condição precária”. O que isso revela sobre as políticas públicas educacionais adotadas no país? Giovanni Alves – É importante salientar que o estudante de ensino médio e ensino superior é uma das categorias sociais que compõe, em sua ampla maioria, a camada média do subproletariado urbano. Na verdade, os estudantes são trabalhadores assalariados em formação, sendo virtualmente trabalhadores precários *in fieri* tendo em vista as próprias condições estruturais do mercado de trabalho hoje. Eles sofrem no ambiente escolar a condição de proletariedade no sentido do modo de vida *just-in-time* e frustração das expectativas. Por outro lado, enquanto a juventude está exposta aos carecimentos radicais da ordem burguesa. Escolas e universidades como organizações burocráticas reproduzem a experiência da empresa capitalista que, hoje, está imersa no espírito do toyotismo. Nas salas de aula, verdadeiros locais de trabalho do estudante, temos a pressão contínua pelo cumprimento de metas, assédio moral e, até, o crescimento de adoecimentos psicológicos tal como ocorre com o*

mundo do trabalho (o aumento de suicídio entre jovens é uma realidade no Brasil neodesenvolvimentista).

As requisições estranhadas do trabalho abstrato virtual estão presentes no metabolismo social escolar. Por isso, cresce na juventude, o uso de bebidas e drogas como formas espúrias de resistir ao estranhamento (no sentido utilizado por Georg Lukács). Portanto, é isto: a condição existencial do estudante é uma condição precária, tal como a do empregado e operário. Mas é importante salientar que não se trata apenas de investir em educação. Mas, nas condições históricas em que vivemos, é importante e fundamental, mas não o suficiente – por exemplo, Portugal nos últimos vinte anos investiu pesadamente em educação, mas só criou uma superpopulação relativa altamente escolarizada, porém desempregada e precária. É importante criar condições econômicas e sociais capazes de realizar as possibilidades reprimidas de realização profissional e humana. É claro que o Brasil precisa crescer, mas também mudar o sentido da macroeconomia do crescimento. Depois, numa perspectiva estratégica, é importante alterar o modelo de desenvolvimento e modo de produção da vida social (o que vai exigir a formação de sujeitos históricos capazes de “negação da negação”, um desafio imenso hoje, tendo em vista o capitalismo manipulatório exacerbado no Brasil, com seus *mass media* imbecilizantes e alienados e a crise dos intelectuais orgânicos de esquerda).

IHU On-Line – O senhor também comenta que a voz das ruas exige avanços sociais. O que isso demonstra sobre a gestão do PT no país? É possível vislumbrar a retomada desses avanços?

Giovanni Alves – É claro que a voz das ruas exige mais avanços sociais. Não que não tenham ocorrido avanços sociais nos governos do PT. Pelo contrário, o livro “Lula e Dilma – 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil” é a prova irrefutável de que, nos últimos 10 anos de neodesenvolvimentismo, os indicadores sociais melhoraram bastante no país. Neodesenvolvimentismo não é a mesma coisa que neoliberalismo, embora seja também um projeto de desenvolvimento capitalista estrangulado pelo bloco histórico neoliberal no plano do mercado mundial. O problema dos avanços sociais necessários para satisfazer as demandas do precariado não se trata meramente de problemas de gestão, mas sim de opções políticas. É preciso alterar a direção política e cultural do neodesenvolvimentismo, promovendo não apenas políticas de crescimento da economia, redução das desigualdades sociais e investimentos nos serviços públicos de qualidade, por exemplo, mas implantando o controle social dos meios de comunicação de massa e promovendo uma reforma política que permita a constituição de uma nova frente política neodesenvolvimentista comprometida com reformas sociais; e

num segundo momento, *last but not the least*, colocar no horizonte estratégico o socialismo como projeto de civilização.

É ilusão acreditar que o capitalismo tenha futuro como modo de civilização. Talvez como modo de produção de riqueza abstrata, principalmente em sua forma fictícia, o sistema capitalista demonstre hoje um notável sucesso. Mas, cada vez mais, o desenvolvimento capitalista implica insatisfação social e carecimento radicais explícitos. Enfim, precarização do trabalho como precarização salarial e precarização existencial. A esquerda social-democrata, incluindo a direção hegemônica do PT, perdeu o horizonte estratégico de crítica do capitalismo. Pelo contrário, o horizonte intelectual-moral de políticos e intelectuais da maioria do PT é tão somente “humanizar” o capitalismo. A crise europeia é a demonstração histórica candente de que o capitalismo é irreformável no sentido de humanizá-lo de forma sustentável, tendo em vista a própria crise estrutural do capital. A revolta do precariado é um sinal das ruas que precisa ser decifrado, não apenas em sua forma contingente, mas também em sua dimensão necessária. Enfim, é importante decifrar o enigma do precariado (este é o título da Parte 3 do meu último livro).

IHU On-Line – Em 2011, comentado os movimentos como Occupy Wall Street (dos EUA) e o 15M (da Espanha), o senhor afirmou que, apesar das manifestações massivas que propõem, eles “são incapazes, em si e por si, de ir além”. Por quê? O senhor mantém a mesma avaliação acerca das manifestações que estão acontecendo no Brasil?

Giovanni Alves – A revolta do precariado como movimento social é incapaz, em si e para si, de ir além da explicitação cotidiana da inquietação social e carecimentos sociais. O problema dos movimentos sociais é a sua pluralidade setorial que tende a promover a dispersão de sua força social e política. A revolta do precariado se manifestou, por exemplo, como Movimento do Passe Livre, explicitando problemas nos transportes públicos no Brasil. Depois foram incluídas outras pautas de insatisfação social – algumas pautas políticas criadas pela imprensa conservadora. Mas, no geral, as demandas sociais inscritas eram difusas. Enfim, os movimentos sociais, como o sindicalismo, tendem a operar com a dialética entre valor e limites. Eles têm um valor – expõem as necessidades sociais e os carecimentos radicais da multidão, do povo e da classe social do proletariado no plano da vida cotidiana, mas possuem limites irremediáveis no sentido da operação política das demandas sociais e seus encaminhamentos no quadro da institucionalidade democrática. Para isso, torna-se fundamental o partido (ou frentes de partidos), operador ontológico da práxis política capaz de dar direção intelectual-moral e política ao movimento social diante do Estado político do capital. Os partidos devem ter uma relação orgânica com os mo-

vimentos sociais – evitando instrumentalizá-los – e devem ouvi-los e traduzir em pautas políticas mais gerais no interior da institucionalidade democrática, visando alterá-la, aperfeiçoá-la ou mesmo refundá-la na perspectiva da sociedade autorregulada.

IHU On-Line – Entre os discursos dos manifestantes, há uma crítica a todos os partidos políticos, que é interpretada de diferentes maneiras por eles. Alguns militantes e políticos do PT criticam as manifestações e dizem que elas são um golpe da direita. Outros, por sua vez, utilizam-se de tais manifestações para fazer propaganda política. Que avaliação o senhor faz dessas interpretações, especialmente acerca da posição do PT?

Giovanni Alves – Quem tenta despartidarizar os movimentos sociais e quem identifica neles apenas golpes da direita são aqueles que têm medo da democratização radical da sociedade brasileira. Por um lado, a direita liberal reacionária critica os partidos políticos visando esterilizar o movimento social para torná-lo manipulável tendo em vista os interesses políticos do verdadeiro partido da direita neoliberal no Brasil: os *mass media*, meios de comunicação de massa, a grande imprensa sob controle da oligarquia liberal; por outro lado, a esquerda social-democrata de cariz burocrático aquartelada hoje, nos governos Lula e Dilma, nas entranhas do poder do Estado político do capital, sente-se inquieta com a insatisfação social e os carecimentos radicais da multidão do precariado vendo nela um “golpe da direita”. Uma parte significativa do PT perdeu a capacidade política de ouvir os movimentos sociais e traduzir em pautas políticas para além da linha de menor esforço da redistribuição de renda no interior da ordem do capital. É claro que a direita oligárquica no Brasil possui uma sanha golpista e procura manipular os movimentos sociais. O espectro do “golpe de direita” sempre ronda governos de esquerda no Brasil – desde Getúlio Vargas em 1951. Mas não atentar-se para o significado radical dos protestos de rua é inadvertidamente colaborar com a estratégia golpista da direita liberal.

Não é à toa que as sociedades capitalistas vivem hoje sob o pêndulo perverso do capital, oscilando entre uma social-democracia medíocre, incapaz de avançar nas reformas sociais necessárias, e uma direita liberal conservadora que, aproveitando-se da mediocridade da social-democracia, ocupa espaços no jogo político, implementando, quando chega ao governo, suas políticas de desastre social. Esta é a verdadeira crise da democracia representativa e seus sistemas políticos esvaziados de sensibilidade social.

IHU On-Line – Diante das manifestações, o governo propõe um plebiscito com perguntas diretas sobre reforma política. Como avalia essa proposta e a condução do governo federal diante das manifestações?

Giovanni Alves – O governo Dilma surpreendeu-se com os movimentos sociais, sendo despertado do “sono dogmático” das políticas redistributivistas focalizadas no subproletariado pobre. Diante da pressão do precariado e suas demandas radicais, a presidente Dilma adotou uma postura progressista: convocar um plebiscito popular visando à reforma política. Como governo social-democrata, apostou-se na linha contingente da contradição social, colocando na pauta política o tema necessário da criação de institucionalidade político-democrática capaz de implementar a mudança do padrão do neodesenvolvimentismo. É a saída progressista possível no interior da ordem democrático-burguesa.

Na verdade, o obstáculo para a satisfação das necessidades sociais e, até, dos carecimentos sociais do precariado é, no plano imediato, um obstáculo político-institucional. A revolta do precariado desvelou uma crise político-institucional no Brasil. As instituições democráticas e suas representações políticas estão aquém das demandas radicais da sociedade brasileira – mas isso obviamente não surgiu com as manifestações do Outono Quente. É importante salientar que o mesmo ocorre também na velha Europa com a crise da democracia representativa burguesa insensível às reivindicações sociais.

Mas com respeito à proposta do plebiscito popular visando à reforma política, existem nuances político-jurídicas decisivas que podem tornar a proposta do governo tão inócua quanto dispersiva. Por outro lado, a direita liberal está intrigada com o movimento do xadrez político e arma-se para evitar que o povo entre na cena política – e nesse caso, não se trata apenas do precariado. Obviamente vai tentar esvaziar a proposta do plebiscito sobre reforma política, tornado-a inócua, como tentou fazer com os protestos de ruas, manipulando-as apenas para desgastar o governo Dilma. Caso não consiga manipular, procure esvaziar, tornando inócua; ou então, reprima violentamente – eis a estratégia do partido da direita no Brasil.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Giovanni Alves – Conheçam meu último livro intitulado “Dimensões da precarização do trabalho” (Editora Práxis, 2013 – www.editorapraxis.com). Nele discuto a precarização existencial e o enigma do precariado. Convido também a conhecerem meus projetos de extensão universitária – www.telacritica.org e www.projetocinetralho.org. Eles representam tentativas de formação da consciência crítica utilizando filmes do cinema mundial e iniciativas de produção audiovisual que buscam dar visibilidade ao mundo do trabalho. Enfim, na era da crise estrutural do capital, a formação de sujeitos conscientes torna-se uma tarefa política radical indispensável e urgente.

MANIFESTAÇÃO JOVEM DE PORTO ALEGRE. UMA CRÍTICA À INSTRUMENTALIZAÇÃO DA VIDA.

Entrevista especial com Carlos Gadea

Apesar de os protestos recentes por causa do aumento do preço das passagens em Porto Alegre terem semelhanças com as manifestações do 15M e Occupy Wall Street, eles têm “uma ‘energia’ particular, motivações concretas e uma complexidade própria do seu contexto de aparição”, avalia Carlos Gadea, em entrevista concedida à *IHU On-Line* por e-mail. “Considero que mais do que em relação direta com essas mobilizações, a ação coletiva de jovens (e que, no decorrer da sua experiência, foi somando a não tão jovens) contra o aumento do valor das passagens de ônibus se vincula muito mais com um contexto de mobilizações recentes (em nível nacional e local) que abordaram diversas temáticas: as ações contra o racismo e a homofobia no país, a ‘Marcha das Vadias’, o ‘ativismo em rede’ no espaço virtual, a mobilização em torno ao Museu do Índio de Rio de Janeiro e, não esqueçamos, o ‘ensaio’ mobilizatório em torno ao ‘Tatu Bola’ e a sua presença no espaço do centro de Porto Alegre, simbolizando uma ‘privatização’ do espaço público e uma violação ao direito à circulação”, explica.

Para o sociólogo, as manifestações de jovens em todo o mundo “traduz um verdadeiro ecletismo de referências, valores e ideias”. E “o aparente slogan sobre o anticapitalismo e o que difusamente se compreende por antineoliberalismo na sua discursividade soam como peças acessórias”. E dispara: “O importante a ser lido está em outro lugar: esse ecletismo se desdobra em duas motivações práticas de enorme significado interpretativo acerca do que representam as atuais ações coletivas e, em particular, a mobilização dos jovens em Porto Alegre. Por um lado, como sendo um sinal de ‘driblar-se’ de um agir político (nacional) em que parece primar o consenso (entendido como perverso, na medida em que impossibilita a possibilidade do dissenso), o escasso debate político e certos ‘silêncios’ e ‘quietismo’ próprios da ‘era do PT’. Creio não entender-se este fenômeno equivocadamente quando se percebe que estas mobilizações surgem do diagnóstico realizado por muitos do próprio esvaziamento do ‘espaço da esquerda’ na gestão da política por parte de certas instâncias de governo”.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que ações coletivas emergem dos atores sociais como Occupy Wall Street e o 15M da Espanha? Qual a novidade dessas manifestações?

Carlos A. Gadea – Embora se tenha interpretado como ações coletivas semelhantes nas suas estratégias e “indignações”, e derivadas de um contexto de crise econômica mundial (em especial, nos Estados Unidos e na Espanha), Occupy Wall Street e o 15M são respostas diferentes a situações parecidas. Enquanto o primeiro ocupa um espaço da cidade identificado como o centro financeiro mundial, recorrendo a acusações e demandas em torno da corrupção, da ganância, do lucro e da desigualdade econômica e social logo após os escândalos da crise de 2011, o 15M da Espanha parece mais um “experimento de mobilização” que pretende ir além dos próprios eixos aglutinadores, ou seja, da crise financeira do país, que mantém no desemprego milhões de jovens. Certamente as duas ações parecem fazer parte dos “ares” de mobilizações que se iniciaram com a “Revolução egípcia” de começos de 2011, e a posterior queda de Hosni Mubarak como presidente de Egito.

O ano de 2011 foi marcado como um ano de múltiplas demonstrações nas ruas de diferentes atores coletivos “indignados” com a economia e a política. Mas Occupy Wall Street, embora significativamente populoso, parecia mais “performático” e menos massivo que o 15M da Espanha. Por outro lado, Occupy Wall Street transmitia uma ética anticapitalista mais convincente que a dos jovens do 15M, apesar da preocupação destes em demonstrar o contrário. No início, Occupy Wall Street apresentou-se como sendo mais global: os manifestantes “viviam” cotidianamente sua indignação anticapitalista como uma prática política que entrelaça diversas formas alternativas de existência, talvez reeditando os embalos culturais dos anos 1960. Não é necessariamente o resultado de movimentos sociais precedentes, como podem ser o feminismo radical ou o ambientalismo organizado, embora esses temas apareçam muito na sua agenda.

Existe muito das demandas por uma construção subjetiva “alternativa” ao materializado pelo “modelo capitalista vigente”, questionando, em corrupção econômica e financeira, a sua fase perversa e a sua lógica de tornar indivíduos “meros consumidores” e alvos da “manipulação da mídia”. Como ficou evidenciado, o Occupy Wall Street carecia de líderes visíveis e de organização política delimitada: a prática do “assembleísmo” pelos cantos da cidade, em cada localidade, traduzia o interesse por “construir uma sociedade melhor” na luta por “mais” democracia e pela tomada de decisões econômicas e políticas de maneira coletiva, desligada do “império do dinheiro”. Dizem muitos que a “reificação do assembleísmo”, a sua eventual materialização numa nova utopia de participação horizontal, acabou desdobrando-se em gesto pouco atraente e em gerador de certo desgaste

interno. Esgotou-se, aparentemente, logo após as diferenças se tornarem pluralidade na ação.

Entretanto, o 15M pareceu mais pragmático: é o resultado da perda de certos direitos e benefícios sociais e econômicos de décadas, consequentes com medidas políticas que pareciam estar em sintonia com o “fim da festa” da classe média espanhola. Não se pode esquecer, na hora da análise, que desde os anos 1990, por exemplo, os níveis de consumo, as facilidades do crédito e, por consequência, a bolha financeira, estavam já pautando um futuro nada promissor para sociedades europeias que não pareciam perceber seu endividamento (o caso da especulação imobiliária foi sintomático).

Primavera espanhola

Assim, quando o ano 2011 atinge a sua primavera espanhola, jovens tomam as ruas misturando criativamente demandas na ordem do econômico e do político. A riqueza cultural e estética estaria ao serviço de uma “politização da sociedade” que não conhecia grandes antecedentes. Lembre-se que os anos 1980 e a “abertura cultural” espanhola (conhecida como “el destape español”, sendo no cinema o diretor Pedro Almodóvar um claro exemplo) tangenciava a crítica ao modelo econômico “arcaico” do país no contexto europeu, ao mesmo tempo em que as demandas por democracia e participação confluíam nos esforços políticos (via institucional) do Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE). Nesse caso, o 15 de maio de 2011, como reação esperada às medidas contra as políticas de austeridade econômica, vistas como condescendentes com a defesa do capital financeiro, precipitou mobilizações massivas que tiveram lugar em vários pontos. Jovens, na sua maioria, ocuparam as ruas e o espaço vazio deixado pela política tradicional. Autoassumidos como “apolíticos”, no sentido de estar de costas à política clássica e institucional, os “indignados” da Espanha pareciam dar continuidade aos Occupy Wall Street, embora se pareçam mais aos jovens da “Primavera árabe”. Novidades do 15M são: “estetização da política”, juvenilização do espaço público, debate sobre democracia e participação, “menos grupalismo” sociocultural e político e estratégia de comunicação sob o paradigma da conexão e a rede. Na metodologia da sua convocatória radica grande parte da sua eficácia simbólica e discursiva: a “rede” é o espaço não só da comunicação; instituiu-se como um paradigma da política do século XXI. Até alguns ativistas do 15M falam de “inteligência coletiva”, citando a utopia pressagiada por Pierre Lévy na sua “cibercultura”.

IHU On-Line – O senhor aponta que as diferentes manifestações sociais que ocorrem em diversos países têm como denominador

comum as “experiências de conflito sob a linguagem da violência”. Pode explicar essa compreensão? Por que essas experiências ocorrem sob a linguagem da violência?

Carlos A. Gadea – Não necessariamente a violência deve ser entendida como a “quebra da ordem” ou o “fim da relação”, mas sim como o que possibilita o estabelecimento de uma certa ordem ou relação. O conflito político desregulado, ou seja, como emergente da imprevisibilidade dos espaços não institucionais de expressão e participação política, parece estar constituindo o formato mobilizatório atual. Quando uma ação coletiva é precedida pela formação dos atores em situação de antagonismo, a relação de conflito só evidencia uma espécie de “dança dos contrários”, em que cada um dos atores se movimenta num mesmo patamar de discursividade previamente acordado como válido, um terreno claro de disputas. Paradoxalmente, o jogo da vida democrática deixou de fora agendas e temáticas variadas e hoje recuperadas, e que só apareciam tratáveis nos limites do sistema político que, por sinal, goza de escassa legitimidade, pouca estima estética e baixa qualidade. Assim, quando uma aparente mobilização surge em prol de demandas concretas, deve-se compreender que não é resultado de uma oposição clara (ao Estado, à prefeitura, ao capitalismo, ao neoliberalismo, à “cultura careta”, às “empreiteiras”, aos empresários do transporte, e a lista continua), e sim de uma multiplicidade de eventuais opositores, todos confluentes numa indignação comum. Existe, sim, um tema aglutinador, mas um ou vários antagonísticos “em potencial”.

Assim, a partir da violência e a visibilidade consequente se torna possível estruturar um antagonístico claro (o comportamento policial é fundamental nisso) e, fundamentalmente, uma identidade coletiva (uma “experiência coletiva de conflito”) que encontrou seu eixo discursivo estruturante. A violência tem poder de aglutinar, de formar um “nós contra eles”. A violência tem uma capacidade simbólica e comunicacional que possibilita o ingresso de outros atores no rodeio, da população, da opinião pública e da mídia (outro importante ator na cena). Mas a violência, nestes casos, é só fundacional. Ela se dissolve, pois não é funcional à lógica mobilizatória após a sua estruturação e posterior desenvolvimento. Em definitivo, a violência deve ser entendida como linguagem possível dentro de um sistema semântico (politicidade) que exclui expressões e demandas que não fazem parte do cardápio de demandas e identidades “possíveis” ou “passíveis” de ocupar espaços políticos.

IHU On-Line – Como avalia os protestos que ocorreram em Porto Alegre por conta do aumento do valor das passagens de ônibus? Como esta manifestação pode ser compreendida na conjuntura atual e em que medida ela se assemelha ou diferencia das manifestações que ocorrem em outros países?

Carlos A. Gadea – As manifestações recentes de jovens em Porto Alegre têm certos nexos com as de Occupy Wall Street e 15M da Espanha. Digamos que compartilham estratégias mobilizatórias semelhantes, como o uso das tecnologias da informação e da comunicação (Facebook, Twitter, celular, etc.) para realizar as suas convocatórias de mobilização. Também alguns temas nas reivindicações se repetem, bem como a “estética”, num sentido geral, também parecem lembrar o ano de 2011 nos Estados Unidos e na Espanha. Mas tem uma “energia” particular, motivações concretas e uma complexidade própria do seu contexto de aparição. Considero que mais do que em relação direta com essas mobilizações, a ação coletiva de jovens (e que, no decorrer da sua experiência, foi somando a não tão jovens) contra o aumento do valor das passagens de ônibus se vincula muito mais com um contexto de mobilizações recentes (em nível nacional e local) que abordaram diversas temáticas: as ações contra o racismo e a homofobia no país, a “Marcha das Vadias”, o “ativismo em rede” no espaço virtual, a mobilização em torno ao Museu do Índio de Rio de Janeiro e, não esqueçamos, o “ensaio” mobilizatório em torno ao “Tatu Bola” e a sua presença no espaço do centro de Porto Alegre, simbolizando uma “privatização” do espaço público e uma violação ao direito à circulação. Ou seja, existem certos “experimentos” que, para muitos, representam uma “reativação da sociedade”.

Fora de fronteiras, as mobilizações de estudantes chilenos em Santiago de Chile, bem como a iconografia emanada do movimento neozapatista do México, somam ingredientes importantes para a sua compreensão. De fato, dos indígenas neozapatistas herdamos a estética do lenço que cobre metade do rosto, associado à ética do compromisso e da “resistência”, valores cultuados por estes jovens. Pode-se dizer que, em termos gerais, tais mobilizações representam um sintoma de múltiplas “indignações morais” geradas por um “sentimento de injustiça”. São, de certa maneira, o produto da militância juvenil de “Diretórios acadêmicos” de diferentes universidades da região, de certos partidos políticos “à esquerda” do cardápio eleitoral (PSTU, PSOL, etc.), de grupos “politizados” nas reflexões do anarquismo orgânico ou “libertário”, adeptos à autogestão social e ao comunitarismo multicultural.

Às vezes nada disso parece contemplá-los. Fazem parte também do embalo de inquietações individuais que não necessariamente emergem e se expressam ao interior de organizações políticas ou sociais; e todos, individualmente, emergem do imaginário político e discursivo “antiditadura militar” de décadas atrás, base histórica de sustentação crítica a uma “cultura opressiva”. A mobilização destes jovens traduz um verdadeiro ecletismo de referências, valores e ideias. Por isso, e sabendo que muitos não compartilhariam do meu diagnóstico, o aparente

slogan sobre o anticapitalismo e o que difusamente se compreende por antineoliberalismo na sua discursividade soam como peças acessórias (o que não quer dizer que não façam parte das suas inquietações).

O importante a ser lido está em outro lugar: esse ecletismo se desdobra em duas motivações práticas de enorme significado interpretativo acerca do que representam as atuais ações coletivas e, em particular, a mobilização dos jovens em Porto Alegre. Por um lado, como sendo um sinal de “driblar-se” de um agir político (nacional) em que parece primar o consenso (entendido como perverso, na medida em que impossibilita a possibilidade do dissenso), o escasso debate político e certos “silêncios” e “quietismo” próprios da “era do PT”. Creio não entender-se este fenômeno equivocadamente quando se percebe que estas mobilizações surgem do diagnóstico realizado por muitos do próprio esvaziamento do “espaço da esquerda” na gestão da política por parte de certas instâncias de governo.

Como principal contrapartida a esse “quietismo”, na mobilização se manifesta uma “estetização do conflito”, uma espécie de semântica mobilizatória, em que vidros quebrados da prefeitura, passagens por determinados pontos da cidade (em referência ao viaduto da entrada a Porto Alegre) e a chuva intensa molhando os cabelos, rigorosamente registradas pelos celulares e logo circulando pela internet, instituem-se em imagética de conteúdo estético imprescindível para alimentar a identidade coletiva em projeção. Mas também se trata de um conflito sob os auspícios das imagens e nomenclatura que a “grande mídia” fez circular, gerando um paradoxo de efeitos surpreendentes: esta mídia foi correndo a ocupar o espaço da direita política fazendo uso de um argumento obsoleto e já caduco, “criminalizando” a mobilização e, nesse gesto, foi quem primeiro pareceu reivindicar a “luta de classes”. Algo que estaria previsivelmente no repertório da mobilização terminou materializando-se, erráticamente, na “grande mídia” local.

A estratégia equivocada da mídia foi tal que ninguém parecia dar crédito aos seus editoriais e esforços televisivos, demonstrando que não aprendeu nem sequer da ironia e o maniqueísmo de programas massivos como o Big Brother. Por outro lado, existe uma dimensão que reiteradamente se tenta negligenciar ou, em seu defeito, tornar uma variável secundária, acessória, sem relevância. Não considero equivocado que se compreendam mobilizações, como a dos jovens em Porto Alegre, como resultante de uma crítica a um presente que, paradoxalmente, supõe maior interconexão entre os indivíduos, mas também uma concomitante “despersonalização” e “instrumentalização da vida”. Embora parecesse algo extremamente filosófico (risos), é importante destacar isso.

Explico: estes jovens mobilizados fazem parte de uma geração com limitado “capital político” (se comparado com o das gerações anteriores; o que não quer dizer que não estejam informados sobre os devaneios da prática política. Espero que não se interprete mal esta constatação e se capte o sentido aludido aqui), com um “capital cultural” médio, mas, fundamentalmente, com um altíssimo “capital social”. Inseridos no ambiente de ascensão da heterogênea classe média do país, alguns têm se ideologizado “às pressas” para, justamente, conseguir dar conta do seu “capital social”.

Compreende-se por “capital social” as capacidades de garantir benefícios e, neste caso, capacidade mobilizatória e de identidade política em virtude da pertença a redes de relações heterogêneas e diversas, à “estrutura de relações” que possibilitam a circulação da informação necessária para o agir “politizado” e “engajado”. Brincando com as metáforas, pareceria que estes jovens passaram da clássica “consciência de classe” para a “consciência de rede”. Nesse clima, toda a nomenclatura atual, que na lógica do mercado de trabalho e nos institutos de ensino aluda à “gestão” e administração da própria vida, soa como frio mecanicismo que engole o direito a um “bem viver”. Em definitivo, esse componente crítico da cultura que circula materializado no “capital social” é de indubitável significado, fora os alinhamentos políticos ou adesões a organizações ao interior da mobilização. Atualmente, tudo indica que aquelas mobilizações em Porto Alegre parecem dar sequência à criação do denominado “Bloco de Luta pelo Transporte Público”, sendo o Facebook um dos principais canais de expressão e comunicação. A “consciência de rede” não se esgotou.

IHU On-Line – Movimentos como o dos indignados e Occupy Wall Street apresentam uma postura contra a violência, tanto que divulgam informações nas redes sociais quando são agredidos. Há, nesse sentido, uma tentativa de romper com a violência nas manifestações coletivas, ou esse ainda é um “ingrediente” importante na construção do sentido social das ações coletivas?

Carlos A. Gadea – Quando se menciona que a violência se torna um elemento importante no estabelecimento de uma relação de conflito e na possibilidade de dar forma a um ator coletivo, não necessariamente quer dizer que seja por meio dela que uma ação coletiva, no seu agir, vai se expressar. Ela cumpre, sob determinadas situações, um papel central como linguagem, como uma carga simbólica na delimitação de um cenário de conflito. Certamente, o 15M e o Occupy Wall Street não são experiências coletivas que têm dado sequência em torno de um conflito sob a linguagem da violência. É que adquirida uma identidade coletiva, a violência deixa de ser funcional à mobilização. Por

isso, nestes movimentos ou mobilizações a violência como linguagem do conflito dá lugar a um conflito cuja linguagem é a rede. A ação coletiva, nesse caso, transita por outra etapa: a sua proliferação através da expansão das “redes de relações”. Isso evidencia que nestas mobilizações a violência, em si mesma, não tem nenhum sentido.

IHU On-Line – É possível romper com essa lógica de violência nas manifestações sociais?

Carlos A. Gadea – Importante deixar claro algo que a violência não pode ser entendida como simplesmente o “fim de uma relação” qualquer; nesse caso, daquilo que se define a priori como “os mobilizados” e a “realidade instituída”. Contrariamente, é quando estes se encontram no momento da sua máxima aproximação. Assim, cuidado com ponderar a possível violência dos mobilizados, e as adjetivações imprecisas acerca de que determinados manifestantes são violentos, tal qual uma categoria inerente daquele que se mobiliza ou protesta. Não há necessariamente isso. Existem, sim, “experiências coletivas” que podem se valer da violência para estabelecer-se uma relação de conflito. Mas é uma linguagem, e as ações coletivas, na sua estratégia e identidade, alternam linguagens variadas, próprias da experiência política e social nas que se vêm envolvidas. Aprofunda-se isso num artigo publicado há não muito tempo por mim.¹

1 GADEA, Carlos A. (2011), “A violência e as experiências coletivas de conflito” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra. Acesso em: <<http://rccs.revues.org/3980>>.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Kirschke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airon Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonard Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum

- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e opções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring Juizos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Profa. Dra. An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Profa. Dra. Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Verissimo* – Profa. Dra. Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unidosinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Profa. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kem
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Profa. Dra. Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton e Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Profa. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Profa. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocosanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Nildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Profa. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden

- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentí Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engemann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airosa da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues

- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a trieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a lei es como a serpente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca

SOBRE OS ENTREVISTADOS



Luiz Werneck Vianna é professor-pesquisador na PUC-Rio. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, é autor de, entre outros, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1997); *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1999); e *Democracia e os três poderes no Brasil* (Belo Horizonte: UFMG, 2002). Sobre seu pensamento, leia a obra *Uma sociologia indignada. Diálogos com Luiz Werneck Vianna*, organizada por Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto (Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012).



Giuseppe Cocco é graduado em Ciência Política pela Université de Paris VIII e pela Università degli Studi di Padova. É mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers e em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). É doutor em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e editor das revistas *Global Brasil*, *Lugar Comum* e *Multitudes*. Coordena a coleção *A Política no Império* (Civilização Brasileira).



Rudá Ricci é graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e doutor em Ciências Sociais pela mesma instituição. É diretor geral do Instituto Cultiva, professor do curso de mestrado em Direito e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara, e colunista Político da *Band News*. É autor de *Terra de Ninguém* (Ed. Unicamp), *Dicionário da Gestão Democrática* (Ed. Autêntica), *Lulismo* (Fundação Astrojildo Pereira/Contraponto), coautor de *A Participação em São Paulo* (Ed. Unesp), entre outros.



Bruno Lima Rocha possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atualmente leciona no curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.



Giovanni Alves é professor da Faculdade de Filosofia e Ciências do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, no campus de Marília. Livre-docente em teoria sociológica, é mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Atualmente, desenvolve o projeto de pesquisa “A derrelição de Ícaro – Sonhos, expectativas e aspirações de jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil (2003-2013)”. É autor de, entre outros, *Dimensões da precarização do trabalho – Ensaios de sociologia do trabalho* (Bauru: Projeto editorial praxis, 2013).



Carlos A. Gadea é doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. É professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos.